

O palácio e o fundo documental dos marqueses da Foz: Novos contributos para a história de um edifício e de duas famílias

The palace and the documental fund of the Marquises of Foz:
New contributions to the history of a building and two families

Pedro Rodrigues 

Resumo: Este artigo apresenta o fundo documental dos marqueses da Foz, à guarda do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) e, até agora, desconhecido do grande público. Partindo de uma apresentação geral do fundo e seus componentes, centramos o nosso estudo na história do Palácio Foz, antiga residência dos marqueses de Castelo Melhor no século XVIII, adquirido em 1887 pelo 1.º marquês da Foz, Tristão Guedes Correia de Queirós, representante da segunda família a ocupar o edifício. O Palácio Foz foi palco de significativas remodelações estruturais e decorativas entre os anos de 1889-1891, sendo este fundo uma base de sustento documental às mesmas, constituído em grande parte por recibos de pagamento das despesas efetuadas pelo marquês. Assim, justifica-se a realização de uma análise atualizada da história do palácio enquadrando-o, primeiramente, no panorama das casas nobres em Lisboa no pós-terramoto de 1755 e, numa segunda fase, no da Lisboa *fontista* do último quartel do século XIX.

Palavras-chave: Marquês da Foz; Palácio Foz; Marquês de Castelo Melhor; Lisboa

Abstract: This paper presents the documental fund of the marquises of Foz, held by Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) and until now unknown to the public. Starting from a global presentation of the fund and its components, we centre our study in the history of Foz Palace, old residence of the Marquises of Castelo Melhor in the XVIII century, acquired in 1887 by the 1st Marquis of Foz, Tristão Guedes Correia de Queirós, representative of the second family to occupy the

building. The Foz Palace was centre stage of significant structural and decorative renovations between the years of 1887 and 1891, being this fund a documental support base to those same renovations, constituted in its majority by payment receipts of the expenses made by the marquis. The documental fund justified carrying out an updated analysis of the palace's history, placing it, firstly, within the panorama of noble houses in Lisbon after the 1755 earthquake and, in a second phase, within that of *Fontista* Lisbon in the last quarter of the 19th century.

Keywords: Marquis of Foz; Foz Palace; Marquis of Castelo Melhor; Lisbon

INTRODUÇÃO

O seu magnífico palácio da praça dos Restauradores, monumento único que em Lisboa se nos apresenta com estilo definido e correcto, soube-o encher das mais raras e valiosas preciosidades artísticas de toda a natureza, que só um espírito superiormente cultivado, como o dele, poderia colecionar e que censurável erro foi não o adquirir completo para museu (Gonçalves, 1939, p. 165).

O fundo documental dos marqueses da Foz foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa à Livraria Histórica e Ultramarina entre 1998 e 2006, e acomodado desde então no Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)¹. É constituído por milhares de documentos manuscritos associados à figura de Tristão Guedes Correia de Queirós, 1.º marquês da Foz (1849-1917), ao seu património e respetivas despesas, com particular incidência nas obras do palácio que adquiriu na praça dos Restauradores em 1887, outrora pertença dos marqueses de Castelo Melhor – conhecido como o Palácio Foz (Figura 1). A documentação, constituída por cartas, faturas e recibos de pagamento, certidões, escrituras, listas de materiais fornecidos, entre outros, centra-se sobretudo no período entre 1887 e 1898, ano em que o marquês deixa de habitar permanentemente o palácio².

O enquadramento teórico é subsidiário dos estudos da especialidade no que diz respeito à história da vida privada em Portugal e, mais concretamente, à questão do modo de habitar a casa nobre no período moderno. Os estudos de Rui Cascão, Maria João Coutinho e João Caldas, Carlos Franco, Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, constituem um núcleo de referência significativo que serve de suporte à análise do conceito de casa nobre enquanto meio de representação social no contexto das transformações urbanas na Lisboa pós-terramoto. Após este breve enquadramento partimos para a análise do caso de estudo que foi dividida em duas partes, correspondentes à reconstrução histórica de dois importantes períodos de vivência do palácio, sendo a primeira dedicada à família dos condes e depois marqueses de Castelo Melhor (até ao último quartel do século XIX), e a segunda

¹ Apesar da existência deste fundo (com origem num conjunto de documentação muito maior hoje disperso) ser conhecida por alguns investigadores e estudiosos do tema, não esteve disponível ao público, desde a sua aquisição até 2025, por falta de tratamento arquivístico.

² Para além da documentação relativa ao edifício na praça dos Restauradores, o fundo dispõe de documentos sobre a gestão de diferentes propriedades da família, não só em Lisboa (palacete na rua das Chagas), mas também noutros pontos do país, como herdades em Estremoz e quintas em Torres Novas, nomeadamente a Quinta da Torre de Santo António, onde o marquês da Foz morreu a 29 de outubro de 1917, a Quinta do Melo, e várias herdades e terrenos no concelho de Alter do Chão e Portalegre (como a Herdade da Cunheira). Inclui também documentação relevante sobre a construção dos caminhos de ferro do Algarve, a cargo da Companhia Real de Caminhos de Ferro Portugueses, da qual o marquês da Foz foi administrador. Sob a sua administração a rede ferroviária nacional conheceu uma significativa expansão e configuração quase definitivas. O marquês ficou ligado às obras da estação e túnel do Rossio, e às linhas de cintura de Lisboa, do Oeste e do ramal de Sintra, de Cascais, da Beira Baixa, do Tua, do Dão e do Algarve (Santos, 2014, p. 163).



Figura 1 Palácio Foz, praça dos Restauradores, autor não identificado, sem data [c. 1890-1903]. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LSM/000400.

dedicada ao marquês da Foz. Através da análise das cerca de 4045 folhas manuscritas³ do fundo Marqueses da Foz, conseguimos perceber de forma mais evidente os termos de aquisição da propriedade, assim como seguir detalhadamente o processo de obra do palácio dos Restauradores, seus intervenientes e materiais usados, entre cerca de 1887 e 1891, com particular incidência no ano de 1890, período central de construção e decoração do palácio, com obras de Columbano Bordalo Pinheiro, Francisco Vilaça, Luigi Manini, José Malhoa, Leandro Braga, entre outros. No entanto, para chegarmos a estes anos de renovação e esplendor, num contexto de paz e abundância que caracterizou a Europa da *Belle Époque*, devemos recuar alguns séculos e esclarecer o percurso histórico do palácio e o seu espírito do lugar.

³ Procedeu-se, numa primeira fase de inventariação, à contabilização e numeração de todas as folhas manuscritas, realizando-se de seguida um guia orientador com informação sucinta dos assuntos e cronologias, disponibilizado online (<https://geo.lisboa.pt/fileadmin/geo/Explorar/Fundos/guidadofundomarquesesdafoz.pdf>). O conjunto é constituído por formatos A3, A4, A5, cartões de visita, recortes de papel, projetos desdobráveis com diferentes tamanhos, etc.

A CASA NOBRE

Com a progressiva separação entre a vida privada e a esfera pública nas grandes cidades, desde meados do século XVIII e ao longo do XIX, a casa, para além de ser a «melhor expressão para a delimitação e apropriação dos espaços», foi o

local por excelência onde se desenrola a vida familiar, em todas as suas manifestações, desde as mais harmónicas e belas, até às mais violentas e degradantes. Funciona, portanto, como um espaço de convivência e de relação social [...], [e como] o espelho da alma, na medida em que exprime as características pessoais de quem a habita (Cascão, 2013, pp. 22-23).

A designação de palácio para as grandes moradas de casas urbanas da nobreza é já comum no segundo quartel do século XVIII, embora na documentação da época ainda se use a designação “propriedades de casas-nobres” (Caldas & Coutinho, 2014, p. 141). Nesta tipologia de habitação das elites, focos de projeção do poder social dos seus proprietários através da apropriação ou criação de espaço público, determinantes na evolução urbana (Portela & Queiroz, 2008, p. 559), são também valorizados aspetos estéticos aliados aos elementos de conforto: «As fachadas das casas e a forma e utilização dos espaços interiores exprimem, por vezes de modo subtil, todas as gradações da hierarquia social, denotando o nível de riqueza e a dignidade social dos seus detentores» (Cascão, 2013, p. 27). Seja pela sua localização, seja pelas suas características construtivas, a casa nobre desempenhou uma importante função de representação e marca do gosto que reflete o viver social.

Ainda em meados do século XVII, com a Restauração da Independência de Portugal em 1640, há uma mudança decisiva e marcante nos padrões de residência da principal nobreza do reino, pois, até então, a maioria da nobreza titular e senhores de terras não vivia usualmente em Lisboa. Por volta de 1670, a principal elite da nova dinastia dos Braganças

ir-se-ia definir em larga medida pela participação nos círculos de decisão do centro político [...], traduzindo bem essa nova identificação entre a primeira nobreza e a corte e entre esta e Lisboa. [...] Com efeito, ao longo do século XVII, os representantes das principais casas do reino que ainda as não tinham foram comprando ou edificando as casas lisboetas onde residiam (Cunha & Monteiro, 2011, pp. 207-208).

Na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de D. João V, Lisboa foi objeto de uma importante transformação urbana, ampla e moderna, que pretendia tornar a cidade uma das grandes cortes europeias da época, palco de representação cortesã. Neste contexto, a arquitetura civil palaciana acompanhou as aspirações da aristocracia e elites em alcançar um maior *status* social (Diez del Corral et al., 2025, pp. 14 e 18). No entanto, com o terramoto de 1755 e a destruição de várias residências da aristocracia, aponta-se para um quadro de datas tardias de reconstrução ou edificação. A exemplo da família real, os grandes do reino terão prolongado por várias décadas a sua residência em «barracas de madeira mais ou menos luxuosas» (Cunha & Monteiro, 2011, pp. 208-209). Em geral, as obras em casas de pedra e cal começaram tarde, arrastaram-se por muito tempo, sendo diversas vezes interrompidas, para depois se retomarem. De facto, a esmagadora maioria dos palácios da aristocracia de corte posterior ao terramoto continuava a ter, de acordo com as opiniões dos comentadores estrangeiros da época, dimensões modestas e escassa sofisticação arquitetónica (Cunha & Monteiro, 2011, p. 209), sendo que a maioria das casas aristocráticas não dispunha de grandes recursos financeiros⁴.

Parece que só depois do progressivo desaparecimento das restrições construtivas e imposições do programa pom-balino de reconstrução, de carácter mais padronizado (França, 1966, Vol. I, p. 167), se ganhou algum fôlego construtivo, mas mesmo assim, com raras exceções nas grandes construções. É desta forma que no período da «Viradeira» (reinado de D. Maria I, a partir de 1777), a velha nobreza, como é o caso dos Castelo Melhor, a

⁴ O palácio do duque de Lafões ao Santíssimo Sacramento (Chiado) foi também destruído pelo terramoto. A sua nova residência, o Palácio do Grilo, foi um dos primeiros palácios da aristocracia de corte a ser reconstruído, devido à disponibilidade financeira da família, após o recebimento da herança, por morte do arcebispo de Braga, D. José de Bragança, em 1756 (Monteiro & Costa, 2006, p. 39).

par com a nova burguesia que cresceu neste período (caso dos Quintela, por exemplo), serão beneficiadas na (re)construção dos seus palácios. Levantam-se edifícios com dimensão e, sobretudo, com uma retórica formal mais expressiva e significativa evidente nos projetos do Palácio Marialva, do qual subsiste o desenho da fachada (c. 1770); do Palácio Quintela nas Laranjeiras (1779) e no da rua do Alecrim (década de 1780); e do palácio dos marqueses de Castelo Melhor no então existente Passeio Público (Branco & Soromenho, 2024, p. 6). Como nos descreve José-Augusto França:

O último vinténio de Setecentos aparece-nos assim como uma época fecunda na construção privada, abrangendo duas categorias de construtores: nobres e burgueses a caminho da nobilitação. Entre os primeiros, há que destacar os Castelo Melhor, os Lafões, os Pombeiro-Belas, os Valadares, os Angejas – mas outros modificaram, melhoraram, decoraram palácios mais antigos, como os Fronteiras, os Marialvas, os Nisas, os Sabugosas, os Egas. (França, 1966, Vol. I, pp. 168-169).

Variados foram os projetos, uns mais ambiciosos outros menos, mas, «com exceção do Castelo Melhor, todos eles falhos de verdadeira qualidade arquitetónica, imaginosa e atual» (França, 1966, Vol. I, pp. 168-169).

O PALÁCIO DOS CASTELO MELHOR

O grande cataclismo que assolou Lisboa e parte significativa do território português a 1 de novembro de 1755, destruiu irremediavelmente vários palácios na zona do «vale verde» (a norte do Rossio, entre as colinas das partes oriental e ocidental da cidade), incluindo o palácio dos condes de Castelo Melhor, localizado na rua das Portas de Santo Antão, defronte da Ermida de São Luís dos Franceses, e que se estendia até à rua dos Condes. Nesta altura, a família dispunha também de terrenos ali perto na zona das hortas de «vale verde» e, do outro lado desse vale, na calçada da Glória, encontrava-se o antigo palácio dos condes da Castanheira⁵ (Figura 2), que foi adquirido pelo 3.º conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1636-1720), em 1666⁶.

O aproveitamento deste edifício no pós-terramoto, e obras que possam ter sido feitas para recuperar o imóvel, foram certamente potenciadas pela construção do Passeio Público, em 1764 (projeto de Reinaldo Manuel dos Santos), que valorizou aquela zona da cidade. Aliada a esta intervenção urbanística, a atribuição do título de marquês ao 4.º conde de Castelo Melhor em 1766 (decreto de 10 de outubro) e regalias que a mesma gerou⁷, foram fatores importantes na decisão de se mandar aí construir um novo e grandioso palácio ainda na década de

⁵ Os terrenos vizinhos ao dos condes da Castanheira, que se estendem do atual Palácio Foz até à estação de comboios do Rossio, originalmente propriedade dos condes de Faro, foram divididos no século XVII: uma parte para os duques de Cadaval (atual estação de caminhos de ferro) e outra para os condes de Castelo Melhor (Araújo, 1939, p. 16). Miguel (2012, Vol. 1, pp. 105-106) refere que o 7.º conde da Castanheira morreu em «1710 em 13 dias do mes de março na Cidade de Lixboa junto a ermida de Nossa Senhora da Glória e apoentos em que vive o Excelentíssimo Conde da Castanheira Simão Correa da Sylva do Concelho de Estado de Sua Magestade». A Ermida de Nossa Senhora da Glória (1574) situar-se-ia na esquina da atual travessa da Glória e rua da Glória, sendo que nesta altura o conde habitaria nesta zona, muito perto da calçada da Glória, nuns «aposentos junto à ermida», sua propriedade. A mesma passaria para os condes de Lumiares que aqui instalaram o seu palácio virado para o Passeio Público, após o terramoto. Em 1710, os Castelo Melhor ainda tinham a sua residência principal do outro lado das hortas de Valverde, em Santo Antão.

⁶ A descrição da história do palácio no *Archivo Pittoresco*, n.º 32, 1863, pp. 254-255, diz-nos que foi adquirido em praça neste ano, informação reforçada em Oliveira (1904, p. 90), referindo que para além do palácio foi adquirida a horta da mancebia e outras contíguas na planície de Valverde (atual praça dos Restauradores). O mesmo ano é indicado por Freire (1932), Araújo (1939) e, mais recentemente, num estudo sobre o património da casa Castelo Melhor (Salvado, 2021, p. 189). No entanto, existe uma referência ao ano de 1711 como data de aquisição do palácio e Capela de Nossa Senhora da Pureza (Flor, 2021, p. 34), embora a fonte refira apenas que «o Conde de Castelo Melhor, comprou o direito [da ermida de Nossa Senhora da Pureza] aos herdeiros em 18 de maio de 1711», e não o palácio (Castro, 1763, p. 290).

⁷ Pela «compensação ou indemnização do monopólio do sabão preto que tinha a casa do conde em Lisboa; e dos fornos de “pão de poia” na ilha da Madeira, se lhe deu [...], além do título de marquês, muitos bens de raiz e padrões de juro reais, também uma grande parte da cerca de S. Roque, pertencente àquela casa professa dos jesuítas, havia pouco expulsos do reino, com cujo terreno o novo marquês engrandeceu esta sua propriedade...», *Archivo Pittoresco*, n.º 32, 1863, p. 255. «A derradeira doação de bens da Coroa à casa ocorreu em 1766, no quadro das compensações que foram votadas aos condes de Castelo Melhor pela renúncia completa às jurisdições, direitos e rendas que possuíam nas capitânias do Funchal e Santa Maria, e pela extinção dos monopólios de fabrico e venda de sabão. Em troca, recebeu o 4.º conde, de juro e herdade, o título de Marquês de Castelo Melhor, duas vezes fora da Lei Mental, as alcadarias-mores do Funchal e de Santa Maria, a redízima das rendas reais das capitânias do Funchal e de Santa Maria e ainda os monopólios de venda do sal, dos fornos de poia, das moendas de água e serrarias dessas mesmas circunscrições» (Salvado, 2021, p. 190).

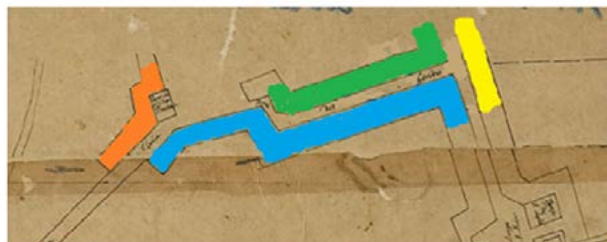
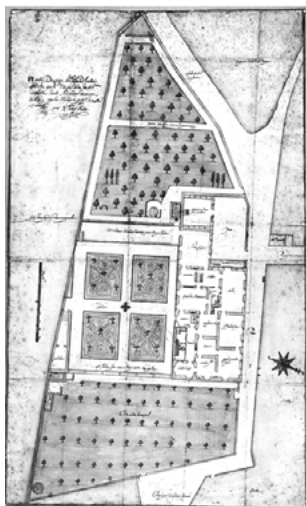


Figura 2 Esquerda: *Planta das Cazas do Sr Conde D. António de Ataíde que tem na Calçada de N Sra da Gloria junto aos Padres da Companhia (...)* João Nunes Tinoco, c. 1630. Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes. <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/213-planta-do-palacio-dos-condes-da-castanheira>. Direita: Detalhe da planta de Lisboa antes do terramoto, de José Valentim de Freitas, com a possível localização dos palácios Povolide (amarelo), Ericeira (verde), Castelo Melhor (azul) e Castanheira (laranja), na zona da rua dos Condes / praça dos Restauradores / calçada da Glória (Miguel, 2012, Vol. II, p. 107).

1760 (França, 1987, p. 180). As estruturas do antigo palácio dos condes da Castanheira e terrenos anexos, que foram compradas e rentabilizadas pelos Castelo Melhor e percorriam a margem esquerda da calçada da Glória, são claramente visíveis na planta da freguesia de São José de 1856-1858 (Figura 3), pouco depois do grande terramoto. D. José, 1.º marquês de Castelo Melhor, quando morre a 22 de abril de 1769, já era «morador na calçada da Glória»⁸.



Figura 3 Detalhe da planta da freguesia de São José levantada por José Monteiro de Carvalho, c. 1756-68. O n.º 9 corresponde ao palácio e jardim dos marqueses de Castelo Melhor, e o n.º 3 à calçada da Glória. ANTT, *Livro das plantas das freguesias de Lisboa*, n.º 153, fl. 25. <https://digitalq.arquivos.pt/fileViewer/7060d533837b4b25987d2d1fc7427d93?isRepresentation=false&selectedFile=12188297&fileType=IMAGE>

A mesma estrutura acabou por se expandir em forma de L na direção do Passeio Público, sendo só cerca de 1795⁹, que o 2.º marquês de Castelo Melhor, D. António José de Vasconcelos e Sousa (1738-1801), presidente do Senado da Câmara de Lisboa entre 1792 e 1799, encomenda ao arquiteto bolonhês Francesco Saverio Fabri (1761-1817)¹⁰ novos planos para a obra, mais ambiciosos e com claras características neoclássicas¹¹. O que foi efetivamente construído no decorrer da conturbada primeira metade do século XIX – um edifício com piso térreo, sobreloja e andar nobre, composto de uma longa fachada, terminando em cada extremidade por um corpo destacado com

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Registos Paroquiais, Óbitos, Freguesia de São José, Livro n.º O6, fl. 114.

⁹ [https://www.treccani.it/enciclopedia/francesco-saverio-fabri_\(Dizionario-Biografico\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/francesco-saverio-fabri_(Dizionario-Biografico)/)

¹⁰ Fabri faleceu em 1817 e não 1807, como por vezes vem referenciado. Pode ler-se no seu registo de óbito: «Aos vinte e três dias do mês de outubro de mil oitocentos e dezassete, faleceu repentinamente sem sacramentos Francisco Xavier Fabri, casado com D. Francisca Xavier Vieira Fabri, morador nesta freguesia [Santos-o-Velho] na rua de S. João de Deus e foi sepultado nessa igreja». ANTT, Registos Paroquiais, Óbitos, Freguesia de Santos-o-Velho, Livro n.º O12, fl. 243v.

¹¹ José Sarmiento de Matos chama a atenção para a diferença de qualidade entre o projeto guardado no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e os da Academia Nacional de Belas Artes (ANBA), propondo a hipótese de ter havido um projeto original, fixado no desenho do MNAA (de menor qualidade), «que depois Fabri teria tornado mais viável pelas alterações sensíveis nos desenhos da ANBA, através da sua conformação a outros critérios mais modestos, ou menos megalómanos» (1999, p. 18).

um imponente portal-janela enquadrado por quatro janelas de sacada – é uma estrutura significativamente mais modesta em relação ao que pode ser apreciado nos projetos não assinados nem datados, guardados no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), um alçado, e na Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes (ANBA)¹²: «além da sobreloja e do andar nobre (...) [teria] mais outro andar, também de sacadas, com um zimbório ao centro, e um pequeno torreão em cada extremidade»¹³.

No registo dos *Livros da Décima* de 1805, da freguesia de São José, referencia-se pela primeira vez como «Propriedade do Ex.mo Marquês de Castelo Melhor que se está edificando», sendo que em 1807 o essencial da estrutura do edifício poderia estar levantado, ou pelo menos delimitada a área a construir, como se verifica na *Planta de Lisboa*, desenhada sob direção do engenheiro e intendente das Obras Públicas Duarte Fava (Silva, 1999, p. 24) (Figura 4). O facto de no registo de óbito do 2.º marquês, de 6 de junho de 1801, se referir à morada como sendo a calçada da Glória¹⁴, e de no registo de óbito de sua mulher, a marquesa D. Mariana José de Assis Mascarenhas, de 5 de fevereiro de 1816, já se fazer menção à “rua do passeio”, torna claro que em 1816 a entrada principal já não seria feita pela calçada da Glória (orientação das estruturas antigas da residência que remontam ao antigo Palácio dos condes da Castanheira), mas pela fachada virada para a rua do Passeio Público, aí existente desde 1764. Em 1811 (29 de maio), aquando do casamento do 3.º marquês, D. Afonso, o marquês de Fronteira e Alorna, D. José Mascarenhas Barreto, nas suas memórias, recorda a primazia dada ao Passeio Público como entrada na residência e à ocupação das suas salas e jardim enquanto espaços de vivência e prestígio da nobreza:

O transito desde Xabregas até ao palácio, ao Passeio Público, foi muito demorado. [...]. Uma das legiões (dos habitantes da cidade) tinha formado alas no Passeio Público, junto á porta dos noivos! [...]. A casa do Marquez de Castello Melhor tinha sido enfeitada e decorada de tal maneira que não parecia o que era na verdade: um pardieiro. [...]. Nas salas do palácio, um bello concerto dirigido pelo famoso Mestre Angeleli¹⁵, que habitava havia muito tempo a casa dos meus parentes, e em que tomaram parte os famosos cantores da Capella Real. [...]. Nessa noite estávamos umas sessenta creanças nas salas do Marquez e foi tal o prazer que nos deu Bertocci¹⁶, que rompemos em aplausos estrepitosos (Barreto, 1926, pp. 104-105).

No entanto, as obras não parecem ter sido dadas por concluídas no decorrer das primeiras décadas do século XIX, fosse por vicissitudes familiares¹⁷ e/ou políticas, por que passou o país. Nas memórias do marquês de Fronteira e



Figura 4 Palácio dos Marqueses de Castelo Melhor. Pormenor da *Carta Topographica de Lisboa e seus subúrbios (...)* levantada no Anno de 1807 debaixo da direcção do Capp.º Engenheiro Duarte José Fava. <https://websig.cm-lisboa.pt/> (Cartografia Histórica).

¹² ANBA, n.º inv. DES. 9, 10, 11, 12 e 13 (Palácio do Marquês de Castelo Melhor, 4 cortes e 1 planta). https://biblioteca-academiabelasartes.pt/Opac/Pages/Search/Results.aspx?SearchText=castelo+melhor&Operator=AND&Profile=Default&DataBase=105225_DOCGRAFICOS

¹³ *Archivo Pittresco*, n.º 32, 1863, p. 255.

¹⁴ Segundo o seu registo de óbito: «Aos seis dias do mês de junho de mil oitocentos e um faleceu na freguesia de S. José na Calçada da Glória com os sacramentos e com testamento o Ex.mo Marquês de Castelo Melhor D. António [...] foi sepultado na freguesia de S. Roque», ANTT, Registos Paroquiais, Óbitos, Freguesia de São José, Livro n.º O8, fl. 200v. Também nas memórias do marquês de Fronteira (D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto), no período entre 1808 e 1818, é referida ainda a calçada da Glória como morada da casa dos seus familiares Castelo Melhor: «Os nossos divertimentos passaram a ser menos monotonos. Sahimos da roda em que tínhamos andado por alguns annos [...] de ir á Calçada da Glória vêr nossa tia Castello Melhor» (Barreto, 1926, p. 79).

¹⁵ Francisco Maria Angelelli, cantor italiano *castrato* que se estabeleceu em Lisboa na década de 1790. Cantor da Capela Real e Patriarcal (Vieira, 1900, p. 29).

¹⁶ Antonio Bertocci, cantor ao serviço de Sua Majestade.

¹⁷ O 2.º marquês falecera em 1801, a 2.ª marquesa em 1816 e o 3.º marquês, D. Afonso (filho dos anteriores) em 1827.

Alorna entre os anos de 1808 e 1818, o mesmo lembra que o palácio «estava todo em ruínas, por forma que, para ir das salas para a casa de jantar, era preciso atravessar por cima duma ponte e bastante perigosa. Estes preparativos [consórcios familiares], segundo a lembrança que tenho, eram magníficos, apesar do mau estado do palácio» (Barreto, 1926, p. 88). O palácio estaria então parcialmente construído, qual estaleiro de obras.

Efetivamente, as obras só ganharam um maior ritmo construtivo na década de 1840-1850, após o casamento do 4.º marquês de Castelo Melhor, D. António de Vasconcelos e Sousa, com D. Helena Xavier de Lima, herdeira de seu irmão, o marquês de Ponte de Lima. A entrada deste novo fôlego financeiro poderá ter ajudado na continuação das obras, seja no lado mais a sul, com a plataforma de dois pisos com terraço, virada para o Passeio Público¹⁸, seja mais a norte com a conclusão da fachada virada para a calçada da Glória, que culminaria com a inauguração da capela a 22 de junho de 1858 (projeto de Giuseppe Cinatti e Achille Rambois), pouco tempo antes da morte do 4.º marquês. Sobre a capela do palácio relata-nos a marquesa de Rio Maior (Maria de Saint-Léger, 1841-1920) nas suas memórias:

Passada a Calçada da Glória, via-se o magnífico palácio do Marquez de Castelo Melhor, com a capela ainda por acabar [...]. O acabamento dessa capela era o grande sonho do Marquez; mas tinha o pressentimento de que morreria pouco depois de a acabar; e com efeito faleceu um ano depois da sua conclusão, em 1858. A capela era uma maravilha de bom gosto e de riqueza, cujo risco fora dado pelos talentosos cenógrafos de S. Carlos, Rambois e Cinatti (Colaço, 1930, p. 51).

José-Augusto França, inclusive, considerou que este palácio, a par do Palácio Quintela, na rua do Alecrim, «com o seu fausto e a sua dignidade nobre, levantados pela mesma altura em Lisboa [finais do século XVIII], constituem afinal os únicos exemplos válidos duma proposta de gosto civilizado [...] nas vésperas da obra da Ajuda» (França, 1966, Vol. I, p. 180).

Mais tarde, com a morte do 5.º marquês de Castelo Melhor, D. João de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga, a 11 de janeiro de 1878, o futuro do palácio ficou em suspenso. D. João, que nunca chegou a casar, deixou uma filha com cerca de um ano de idade aos cuidados de um tutor, Caetano de Campos Andrade. Essa filha, nascida de um relacionamento com Isabel de Almeida (1853-c.1945), natural de Aveiro (Sousa, 1990), chamou-se D. Maria da Pureza Vasconcelos e Sousa¹⁹ (1877-1921) (Figura 5), e foi reconhecida e legitimada por seu pai em testamento (sucendendo nos dois terços da herança), acabando por herdar a propriedade, que ficaria ao cuidado do seu tutor²⁰. O título passou para a irmã mais velha do marquês, D. Helena de Vasconcelos e Sousa (1836-1900).



Figura 5 A herdeira do marquês de Castelo Melhor, D. Maria da Pureza Vasconcelos e Sousa, condessa da Ribeira Grande. Notícia da sua morte em Londres. *Revista ABC*, Ano 1, n.º 28, 20 de janeiro de 1921, p. 19.

¹⁸ Local onde hoje se localiza o edifício Cine-Teatro Éden.

¹⁹ Condessa da Ribeira Grande, suicidou-se em Londres em janeiro de 1921.

²⁰ «Certifico que me foi apresentado a Sentença Cível e formal de partilhas dos bens que pertencerão em legítima paterna a coherdeira Dona Maria de Vasconcelos e Souza, os quais tem de ser administrados pelo seu tutor Doutor Caetano de Campos Andrade, extraído do inventário orfanológico a que se procedeu por falecimento do Marquês de Castelo Melhor João de Vasconcelos e Souza Câmara Caminha Faro e Veiga». GEO/MFZ/CX1.

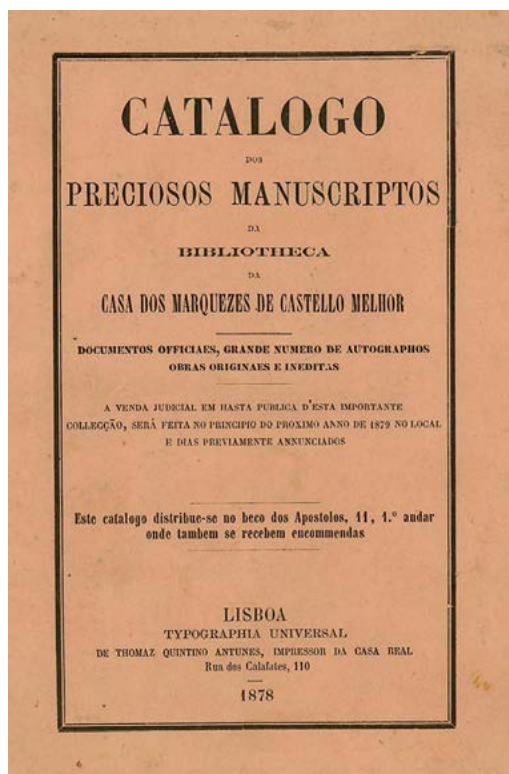


Figura 6 *Catalogo dos preciosos manuscripts da bibliotheca da casa dos marqueses de Castello Melhor...*, 1878. Coleção do autor.

Provavelmente no intuito de colmatar gastos e/ou falta de liquidez necessária, ainda em 1878, é anunciada a venda judicial em hasta pública e publicado o *Catalogo dos preciosos manuscripts da bibliotheca da casa dos marqueses de Castello Melhor: Documentos officiaes, grande numero de autographos, obras originaes e ineditas*, a realizar no início de 1879 (Figura 6). Num total de 376 entradas, destacam-se vários e importantes manuscritos e impressos relacionados com o período do domínio filipino e sobre as colónias portuguesas. Na sua introdução alertava-se para o perigo de muitos documentos virem a dispersar-se pelo estrangeiro, e «que nem os arquivos nem as bibliotecas diligenciam obter as preciosidades bibliográficas que não possuem, e apenas algumas vezes figuram em compras de artigos sem importância [...]. Não é só a escassez dos meios [...] é também a incúria dos que deviam olhar por estas coisas, e que se revela em muitos outros casos lamentáveis» (*Catálogo dos preciosos manuscripts...*, 1878, p. V). Um conjunto significativo foi adquirido pelo Estado brasileiro e encontra-se na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro²¹.

Nos dias 1, 5 e 8 de setembro de 1878 foi anunciada no *Diário Illustrado* a arrematação judicial do palácio – programada para dia 17 de outubro no Tribunal da Boa Hora –, que se «encontra devoluto, com a capela e jardins, mata e prédios anexos, pertencentes à herança do Marquês de Castelo Melhor»²². Tratando-se de um património valioso e com partilhas complexas, a justiça foi levada a intervir, o que justificaria o anúncio no jornal. A situação parece ter sido resolvida através de algum acordo (Xavier, 2019, pp. 42-43), mantendo-se a propriedade nas mãos da filha menor legitimada e do seu tutor Campos de Andrade, até à expropriação em 1887. Efetivamente, datam de 1881 e de 1883 dois requerimentos à Câmara de Lisboa, feitos pelo tutor, para a construção de lojas na zona limítrofe da rua Ocidental do Passeio Público, certamente com o propósito de rentabilizar a propriedade²³ (Moreira & Serrano, 2019, p. 69).

²¹ Coleção Castelo Melhor, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. https://acervo.bn.gov.br/Sophia_web/acervo/detalhe/1421369

²² *Diário Illustrado*, n.º 1951 (01-09-1878); n.º 1954 (05-09-1878); n.º 1957 (08-09-1878). <https://purl.pt/14328>

²³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Obra n.º 30040, Processo n.º 26/1881 e Processo n.º 33/1883.

O MARQUÊS DA FOZ

Crítico de arte justamente considerado, homem do mais fino trato, espírito rasgadamente liberal, de porte verdadeiramente fidalgo, lhano e afável em extremo, despidido em absoluto de preconceitos ridículos de certos fidalgos de nulo valor (Gonçalves, 1939, p. 166).

É no período da década de 1880 que entra na história do palácio a figura de Tristão Guedes Correia de Queirós (1849-1917)²⁴ (Figura 7), proveniente de uma velha família de pequena nobreza provincial, com títulos progressivos de barão-visconde-conde obtidos na pessoa de seu pai Gil Guedes Correia de Queirós (1795-1870), 1.º conde da Foz, que se destacou na carreira militar com importantes intervenções na Guerra Peninsular, no rio da Prata e na guerra civil, tendo combatido do lado liberal. Foi ajudante de campo do duque de Bragança D. Pedro IV e de D. Fernando II e sexto administrador do morgado de Mamporcão (Santos, 2014, p. 18). Tristão tinha um irmão mais novo chamado José, que era engenheiro e aparece referenciado na documentação do fundo, juntamente com sua mãe D. Mariana Georgina Palha de Faria Lacerda (1824-1898), condessa da Foz, filha do desembargador José Pereira Palha Guião. Herdou do pai significativo património no Alentejo e Ribatejo, recebendo da sua parte legítima 16.277.296\$000 réis, assim como, através da meação dos bens em espécie partilhados (móveis e imóveis), o valor de 15.280.000\$000 réis (Santos, 2014, p. 19). Desenvolveu nas suas propriedades uma extensa atividade agrícola dedicada à produção cerealífera, vitivinícola, olivícola, corticeira e pecuária.



Figura 7 Tristão Guedes Correia de Queirós (1849-1917), 1.º marquês da Foz. Foz (1925).

Casou em 1870 com Maria Luísa Infante Baião Matoso (filha de Justino Infante Baião Matoso, importante proprietário de Beja), que veio a falecer logo em fevereiro de 1871 sem deixar descendência. Volta a casar em 1878 com Maria Cristina da Silva Cabral (1853-1898), filha do 2.º conde de Cabral, com quem teve três filhos²⁵: Gil Pedro Correia de Queirós e Castelo Branco (1880-1944); Maria Margarida Tomásia (1882-1956), marquesa de Belas pelo casamento; e Maria Saturnina da Conceição (1885-1935), casada em 1906 com Jorge Rudolfo Teixeira de Almeida Campos (Santos, 2014, p. 19).

Possuidor de uma enorme fortuna, foi também uma das mais proeminentes figuras do sector ferroviário português, tendo presidido ao conselho de administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses entre

²⁴ Segundo o registo de batismo: «Aos vinte dois dias do mez de Maio de mil oitocentos e quarenta e nove, nesta Parochial de Santa Engrácia, o Reverendo Padre José Miguel Rozado baptizou e poz os Santos Óleos a Tristão, que nasceu em nove deste corrente mez, filho legítimo do Excelentíssimo Gil Guedes Correia de Queiroz, Barão da Foz, e da Excelentíssima Dona Marianna Georgina Palha de Faria Lacerda, Baroneza do mesmo título, recebidos no Oratório da Quinta das Praias [...] moradores na rua de Santa Apolónia [...]». ANTT, Registos Paroquiais, Batismos, Paróquia de Santa Engrácia, Livro B18, fl. 6.

²⁵ Tiveram um primeiro filho do sexo masculino, nascido a 15 de março de 1879 e falecido pouco depois no mesmo dia.

1885 e 1891 (Santos, 2014, p. 72), liderando o designado “grupo Foz”, sindicato que envolveu personalidades do mundo político, financeiro e jornalístico da época, como Mariano de Carvalho, Emídio Navarro, Henrique Moser, conde de Cabral e Adolfo de Lima Mayer, entre outros. Foi por sua iniciativa que se construiu o túnel (inaugurado em 1889) e a estação ferroviária central do Rossio (inaugurada em 18-05-1890) (Reis, 2011, p. 82 e 108).

Diretor do Banco de Portugal entre 1888 e 1891 (Santos, 2014, p. 125), esteve ligado ao Banco Lusitano e à Companhia Real Promotora da Agricultura Portuguesa, e foi um dos proprietários do jornal *Diário Popular* (Santos, 2014, p. 18). Desenrolou a sua vida política no Partido Progressista, pelo qual foi eleito para a Câmara dos Deputados pelo círculo de Moura em 1877 (e posteriormente em 1882-1884), e de novo eleito na legislatura de 1879-1881 pelo círculo de Cuba. Fez parte da Comissão de Petições, não se distinguindo, contudo, pelas intervenções em plenário, apenas apresentando algumas medidas relacionadas com questões municipais referentes a localidades no Alentejo. Em 1885 e 1887 é eleito para a Câmara dos Pares pelo distrito de Santarém. Foi oficial-mor honorário da Casa Real, sendo agraciado com o título de marquês da Foz, atribuído a 26 de maio de 1886 pelo rei D. Luís (Reis, 2011, pp. 107-108), no mesmo ano em que foram atribuídos os títulos de conde a Henri Burnay (1838-1909) e a Pedro Daupias (1818-1900), bem-sucedidos capitalistas e colecionadores de arte, como reconhecimento oficial dos seus méritos e estima gozada junto da Casa Real.

A figura do marquês da Foz insere-se neste grupo circunscrito de “magnates capitalistas”²⁶ formados na sociedade portuguesa pós-fontista (1868-1889), período de grande fomento de obras públicas e de modernização das infraestruturas do país, liderado pela figura de António Fontes Pereira de Melo. Do grupo faziam parte famílias como os Foz, os Burnays, os Mosers, os O’Neills, entre outras, que se «instalaram em palácios e palacetes com luxos de grande estado», e «aparecem-nos, então, a construir, a decorar, a colecionar...» (França, 1966, Vol. II, p. 77). Esta nova aristocracia burguesa industrial procurou «num país de morgados arruinados»²⁷ (Matos, 2003, p. 27), fixar-se em palácios exuberantes e espaçosos, onde pudessem reunir as suas variadas coleções de obras de arte.

A compra dos palácios dos grandes do reino, como os Povolide ou os Castelo Melhor, por uma nova aristocracia de origem burguesa ligada às finanças e à indústria, reforça a sua pretensão de afirmação de um *status* social, de poder e influência, através não só da imposição arquitetónica das suas fachadas, mantidas e recuperadas, como mais notoriamente na decoração dos seus interiores, ancorada na ideia de um revivalismo do luxo e aparato experienciados nos séculos anteriores.

O marquês da Foz, a partir de 1884, vivia num palacete na rua das Chagas (Palacete das Chagas ou Viana)²⁸, onde juntou uma importante coleção de obras de arte com relevância e qualidade a nível internacional. Aí também deu luxuosos bailes, com grande impacto na sociedade lisboeta da época, um deles caricaturado por Rafael Bordalo Pinheiro²⁹, marca de um *status* social que a família Foz procurou reforçar com a aquisição do palácio dos Castelo Melhor em 1887, e que tinha na malha urbana um impacto muito mais significativo que o palacete das Chagas (apresentando uma maior e mais forte dimensão de representação exterior). Gervásio Lobato, na revista *O Occidente*³⁰, dá-nos um retrato bastante elucidativo da importância e relevância da figura do marquês e da sua coleção de obras de arte, assim como do impacto que o baile na noite de 29 de dezembro de 1888 teve na sociedade lisboeta, e que vale a pena transcrever:

²⁶ Raro e invulgar na sociedade portuguesa da época (Matos, 2003, p. 35).

²⁷ Alusão às dificuldades financeiras por que passaram muitas famílias da antiga aristocracia portuguesa que tiveram de vender o seu património familiar, não mais suportável de sustentar, dadas as difíceis conjunturas económicas que percorreram todo o século XIX português.

²⁸ Após o seu segundo casamento em 1878, os então condes da Foz moravam na rua da Cruz de Pedra, no Palácio Pereira Forjaz, comprado em 1873 pela sua mãe, a condessa da Foz (viúva), D. Mariana Palha de Faria e Lacerda, no qual se fizeram importantes remodelações dos interiores. Aqui nasceram os primeiros três filhos do casal, António, Gil e Maria Margarida (1879, 1880 e 1882, respetivamente). O palácio é vendido em 1884 ao conde de Bertiandos (Castilho, 1940, I, pp. 144-146), e os Foz mudam-se para as Chagas.

²⁹ “O Suntuoso baile dos Marqueses da Foz”, *Pontos nos ii*, Ano V, 05-01-1889, pp. 4-5.

³⁰ *O Occidente*, Vol. XII, n.º 361, 01-01-1889, p. 2.

O anno de 1888 terminou em Lisboa com uma sumptuosa festa que marcou epocha nos annos da elegância portugueza [...].

Toda a gente sabe que o marquês da Foz possui hoje e feita em pouco tempo uma das maiores fortunas do nosso paiz; [...] do homem ilustrado e de bom gosto que tem o amor sublime dos thesouros, arte e da industria, das preciosidades históricas e archeologicas, [...]; e depois porque é do domínio publico que, parte importante da grande riqueza do marquez da Foz, está toda empregada em quadros, em louças, em estátuas, em objectos artísticos e objectos históricos que fazem da sua casa um verdadeiro museu de bellas artes e antiguidades, [...].

[...] durante parte da noite difficilmente se podia andar pelas salas, em que se viam as classes mais distintas de Lisboa representadas pelos seus membros dos mais illustres [...].

[...] A noite de 29 de dezembro [...] foi uma noite d'encanto [...] na nossa pacata Lisboa, que tão raras vezes é deslumbrada por estes bailes sumptuosos, em que se dá a aliança difficilima de realizar, da riqueza de milionário, do bom gosto d'artista e da distincção de fidalgo.

À data do baile os Foz ainda viviam nas Chagas. Há alguns meses que o marquês comprara o palácio à Companhia Real dos Caminhos de Ferro, de que era administrador, e começavam então os preparativos para as grandes obras de renovação do exterior e interior do edifício. Ostentando o novo título nobiliárquico de marquês, Tristão Guedes Correia de Queirós, apresentava-se à sociedade lisboeta numa nova morada, superior em área e em exuberância decorativa, com uma fachada que marcava claramente o espaço urbano.

O PALÁCIO FOZ

Por maiores riquezas que haja acumuladas no palácio do Rato, da sr.^a duquesa de Palmela [...] e no palácio da Junqueira do sr. Conde de Burnay, nenhum deles tem as proporções decorativas suficientes para aspirar a igualar-se em sumptuosa beleza a essa vivenda de grande senhor e de grande artista, que foi o palácio Foz (Dias, 1905, I, p. 64)

Em maio de 1887, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro,

expropriou para a construção da linha férrea urbana, à menor Dona Maria de Vasconcelos e Sousa, filha do Marquês de Castelo Melhor o Exmo. Senhor João de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga, e representada por seu tutor o Doutor Caetano de Campos Andrade, [...] o palácio sito na Praça dos Restauradores com seus respetivos jardins, terreno e mais pertenças, e um prédio no largo da Oliveira³¹.

O pretexto para a construção da estação e túnel do Rossio proporcionaram a oportunidade de o marquês adquirir o palácio e terrenos dos Castelo Melhor, que ocupavam parte necessária à construção ferroviária. A possibilidade de expropriação, criou, assim, condições favoráveis para se negociar a compra de toda a propriedade, o que veio a acontecer, poucos meses depois. De 19 de agosto de 1887 data um requerimento do marquês para completar a construção do pavilhão sul «da sua propriedade sita na Praça dos Restauradores n.º 28 a 31 [...] contando seguidamente reconstruir toda a propriedade, subordinando-a à decoração da fachada que apresenta; o que não pode fazer desde já por se achar esta parte cativa por um arrendamento de longo prazo»³², deduzindo-se que enquanto inquilino ainda não estava autorizado a realizar determinadas alterações ao edifício. Pouco mais de uma semana depois assinava a escritura de compra da propriedade com a Companhia Real dos Caminhos de Ferro.

³¹ Escritura de compra de 1887, GEO/MFZ/CX4. O marquês teria iniciado negociações com o tutor da herdeira, Caetano de Campos Andrade, em 1886 (Moreira & Serrano, 2019, p. 69).

³² AML, Obra n.º 5236, Processo n.º 4770/1887. De 12 de julho de 1888 data um outro requerimento para completar o palácio no lado sul, virado para a praça dos Restauradores, cujo projeto substituiu um outro datado de 3 de setembro de 1887. AML, Obra n.º 5236, Processo n.º 4798/1888.

Em escritura datada de 3 de setembro de 1887,

não sendo preciso todo este prédio [palácio] para a construção da referida linha, a Companhia em virtude da deliberação a este respeito tomada e aprovada em sessão da Assembleia geral de onze de junho último, resolveu vender ao segundo outorgante [marquês da Foz] o palácio, mais edificações e terrenos sobrantes, pela quantia de cento e trinta e sete contos de réis, livres de quaisquer despesas³³ (Figura 8).

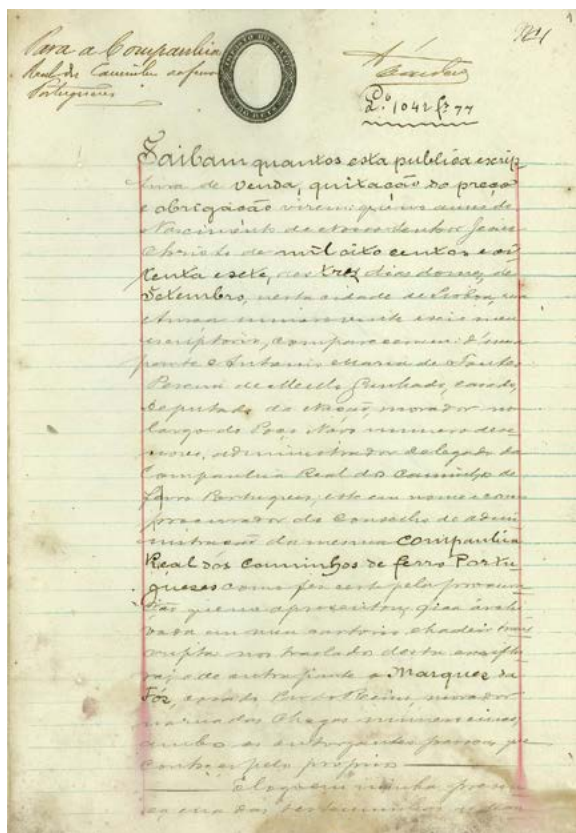


Figura 8 Escritura de compra do Palácio Castelo Melhor pelo marquês da Foz, à Companhia Real de Caminhos de Ferro, 1887, GEO/MFZ/CX4.

Colocando em prática a receita empresarial de limitar-se a aproveitar as oportunidades que o mercado oferecia, assim como a sua posição na Companhia Real, escolheu o Palácio Castelo Melhor para que este representasse o seu prestígio social e económico, alcançado pelas suas inúmeras atividades financeiras. Assim, o marquês empenhou-se desde logo em realizar profundas alterações com o objetivo de personalizar o edifício. O projeto original de Fabri, que tinha ficado incompleto e modificado na sua concretização material final algumas décadas antes, foi assim finalmente alterado e melhorado com um arranjo arquitetónico e decorativo que é hoje possível vislumbrar. O marquês manteve a estrutura original da fachada e valorizou-a com exuberantes e sofisticados elementos decorativos e escultóricos, incluindo a substituição do telhado por uma alta mansarda. As campanhas de obra decorreram desde a compra do imóvel até finais de 1891.

Segundo os registos das folhas de obra disponíveis, as obras começaram na semana que findou a 6 de agosto de 1887, ainda antes da escritura a 3 de setembro³⁴ (mas já após a expropriação a 9 de maio), prolongando-se até ao final desse ano. Neste período procedeu-se desde logo à retirada de entulho³⁵. De 1888 só dispomos da

³³ GEO/MFZ/CX4.

³⁴ Essas primeiras obras parecem ter-se concentrado no pavilhão sul, tendo o marquês ficado impossibilitado de iniciar a remodelação na fachada do palácio, «por se achar esta parte cativa de um arrendamento de longo prazo» (Moreira & Serrano, 2019, p. 74).

³⁵ Vários recibos de pagamento de “carroçadas de entulho” comprovam estes primeiros meses de obras em 1887. GEO/MFZ/CX2.

folha de trabalhos da última semana de dezembro, sendo 1889-1891 os anos centrais de intervenção no edifício (Tabela 1). Parece ter havido assim uma primeira fase de remoção de estruturas e respetivos entulhos em 1887, um período de interregno com a plausível preparação e planeamento das obras em 1888, continuando até 1891 o grande fôlego construtivo.

Tabela 1

Palácio Foz: Folhas de obra semanais (Fundo Marqueses da Foz, GEO).	
1887	agosto: 6, 13, 20, 27; setembro: 3, 10, 17, 24; outubro: 1, 8, 15, 22, 29; novembro: 5, 12, 19, 26; dezembro: 3, 10, 17, 24, 31
1888	dezembro: 29
1889	janeiro: 5, 19, 26; fevereiro: 1, 9, 16, 23; março: 2, 9, 16, 23, 30; abril: 6, 13, 20, 27; maio: 4, 11, 18, 25; junho: 1, 8, 15, 22, 29; julho: 6, 13, 20, 27; agosto: 3, 10, 17, 24, 31; setembro: 7, 14, 21, 28; outubro: 5, 12, 19, 26; novembro: 2, [9], 16, 23, 30; dezembro: 7, 14, 21
1890	janeiro: 25; fevereiro: 1, 8, 15, 22; março: 1, 8, 15, 22, 29; abril: 5, 12, 19, 26; maio: 3, 7, 10, 24, 31; junho: 7, 14, 21, 28; julho: 5, 12, 19, 26; agosto: 2, 16, 23; setembro: 27; outubro: 4, 11, 18, 25, 31; novembro: 8, 15, 22, 29; dezembro: 6, 13, 27
1891	janeiro: 3, 10, 17, 24, 31; fevereiro: 7, 14, 28; março: 7, 14, 21, 28; abril: 4; outubro: 3, 10, 17, 24; novembro: 7, 14, 21, 28; dezembro: 3

Através da análise de um número considerável de recibos de pagamento e tabelas com despesas, verificamos a presença dos diferentes intervenientes na obra, desde os pedreiros e carpinteiros, passando pelo encarregado do transporte das peças em mármore, e fornecimento de cal em pó, até à participação de grandes pintores portugueses da época na decoração dos interiores. As diversas despesas do marquês incluem-se neste fundo documental, sejam relativas ao palácio e suas dependências, sejam de cariz pessoal, com os mais variados gastos mensais do quotidiano: velas, telegramas, iluminação, cocheiras, obras de caridade ou carruagens.

Para a coordenação do projeto de obra foi contratado o arquiteto José António Gaspar³⁶, professor na Academia de Belas Artes de Lisboa entre 1874 e 1903 (Figura 9), que colaborou com Leandro Braga³⁷, coordenador da decoração, e responsável por grande parte do entalhamento e aproveitamento das *boiseries* (trabalho em estuque), e a produção de várias peças de mobiliário da coleção do marquês: «n'esta casa não há quasi um pequeno recanto que não tenha para mim uma recordação [de Leandro Braga]»³⁸ (Figura 10).

³⁶ (1842-1909). Foi bolseiro do Estado em Paris, estudando com Charles-Auguste Questel. Para mais informações sobre a carreira deste arquiteto ver: Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes, Anos V e VI, 1909-1910, Parte II, pp. 34-38. https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AnuariodaSociedadadosArquitectosPortugueses/AnoVeVI/AnoVeVI_item1/P38.html

³⁷ (1839-1897). Aprendiz de Inácio Caetano, passou pela oficina de Célestin Calmels, onde desenvolveu importantes competências em escultura. Trabalhou também para a Casa Real. «O que se exigia a Leandro Braga era que criasse uma ponte entre todos os apetites presentes, uma aglutinação entre um conjunto de modos de fazer diferentes, uma transversalidade de estilos, temas e formas como nunca antes se tinha visto no país, numa simbiose quase épica de períodos antigos e modernos, de gostos provenientes de diversos quadrantes do globo, de desenhos fantasistas, vegetalistas, góticos e geométricos...» (Laia, 2022, pp. 59-60). Em carta de 14-11-1886, de Paris, enviada à mulher, o marquês mostrava claro interesse em que o artista continuasse a colaborar na decoração das suas propriedades: «Peço-te que lembres ao Braga que tem lá tudo e é urgentíssimo o seu arranjo» (Loureiro, 2018, p. 29). O GEO tem na sua coleção 11 desenhos de Leandro Braga, provenientes do seu catálogo de projetos/modelos. Infelizmente nenhum parece estar relacionado com obra do Palácio Foz, estando somente alguns identificados, como a decoração para o Chalet Biester, GEO - Arquivo Leandro Braga, Alb. Des. N.º 1 a 11.

³⁸ Carta do marquês da Foz para D. José Pessanha (Braga, 1997, p.19).

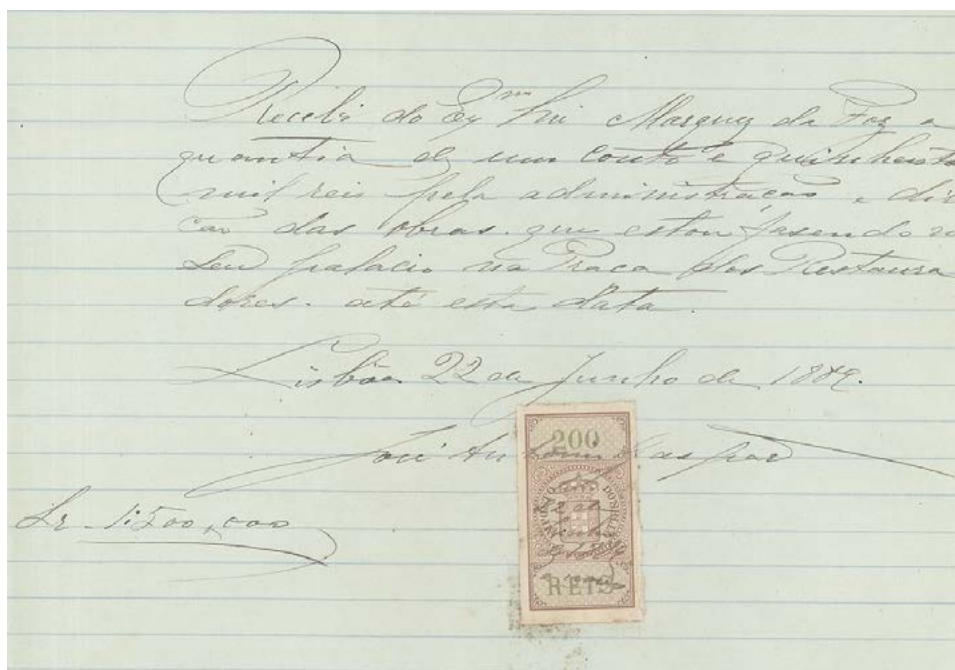
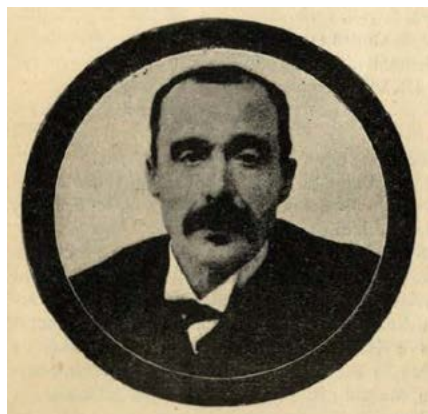


Figura 9 Esquerda: José António Gaspar (1842-1909), *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, Anos V e VI, 1909-1910, Parte II, p. 34. Direita: recibo de pagamento em que o marquês da Foz paga a José António Gaspar «a quantia de um conto e quinhentos mil réis pela administração e direção das obras [...] no seu palácio na Praça dos Restauradores, até esta data», 22 de junho de 1889. GEO/MFZ/CX6.

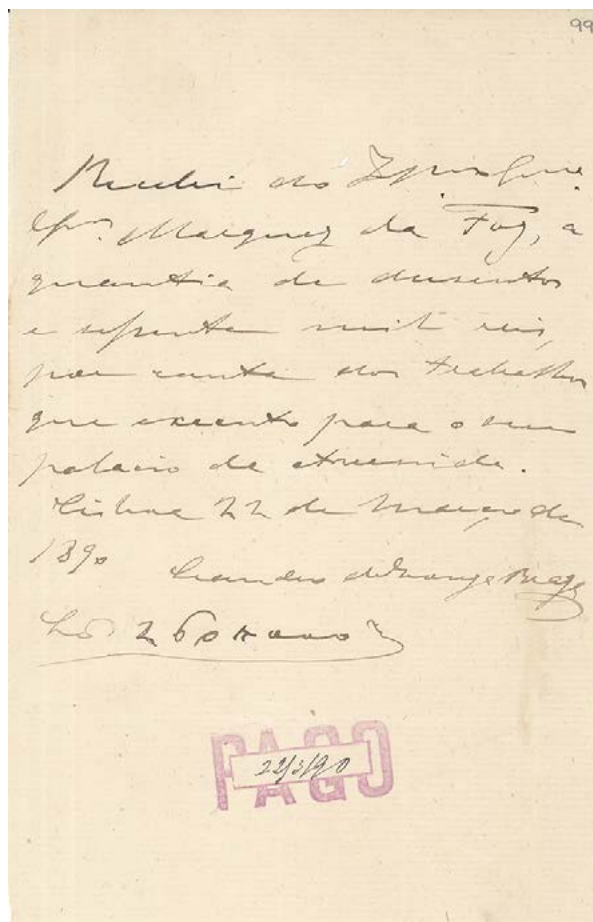


Figura 10 Recibo de pagamento a Leandro Braga da «quantia de duzentos e sessenta mil réis por conta dos trabalhos [...] para o palácio da Avenida», 22 de março de 1890. GEO/MFZ/CX6.

Para a escultura em pedra o escultor José Simões de Almeida (tio)³⁹ compôs, entre outros, os grupos escultóricos que coroam a fachada (Figura 11), a fonte da escadaria e a da sala de jantar (esta última hoje desaparecida). Na pintura participaram Luigi Manini⁴⁰ (Figura 12), conhecido cenógrafo italiano com vasta obra em Portugal; António Francisco Baeta (1861-1918), pintor decorador⁴¹; Francisco Vilaça⁴² (Figura 13); José Malhoa⁴³ (Figura 14); Charles Caccia⁴⁴ e Columbano Bordalo Pinheiro⁴⁵ (Figura 15). Nos estuques, Domingos António da Silva Meira (1840-1928), António Marques da Silva (armador e estofador), José Gonçalves Onofre (forjador) e Manuel João da Costa⁴⁶ (Figura 16), que realizou “trabalhos de pintura e dourados” e molduras, entre outros.

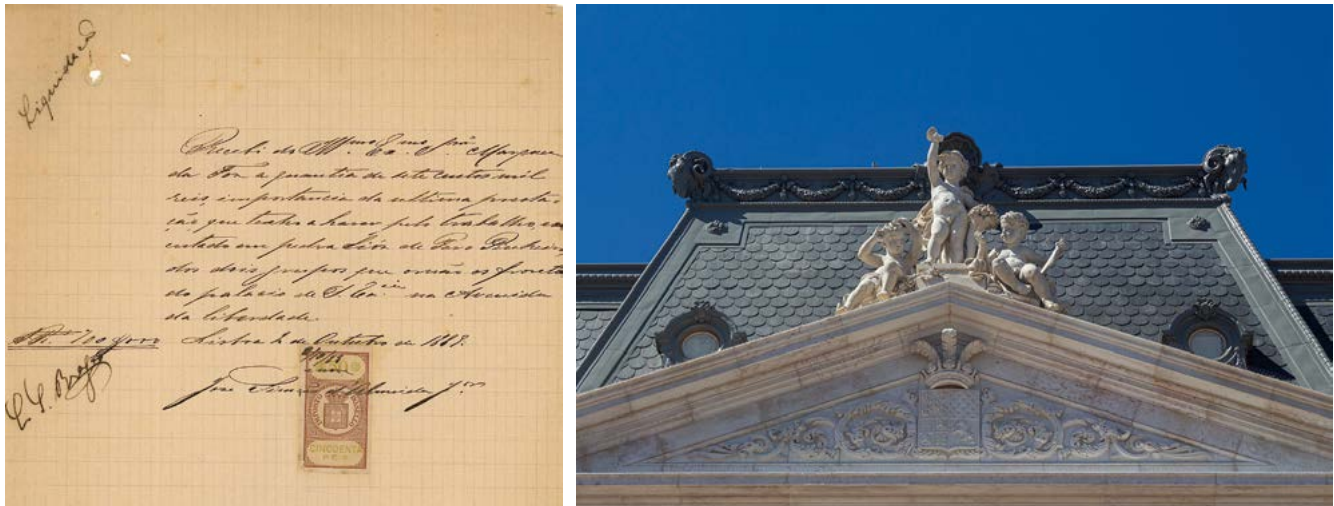


Figura 11 Esquerda: recibo de pagamento da última prestação, de 700 mil réis, a José Simões de Almeida (tio), pelo trabalho executado em pedra lioz de Pêro Pinheiro dos dois grupos que ornarn os frontões do palácio, 2 de outubro de 1889. GEO/MFZ/CX3. Direita: grupo escultórico a coroar um dos frontões da fachada principal. Fotografia: André Pinto (GEO).

³⁹ (1844-1926). Simões de Almeida (tio), assim denominado e conhecido para se distinguir do seu sobrinho homónimo, também escultor, foi bolseiro de escultura em Paris em 1865, esteve em Roma (1870-1872), onde contactou com Giulio Monteverde, escultor italiano naturalista. Académico de mérito, foi professor de desenho na Academia de Belas-Artes de Lisboa. As suas obras destacam-se pelo interesse na temática romântica, academismo formal e espírito clássico.

⁴⁰ (1848-1936). Arquiteto, pintor e cenógrafo italiano, veio para Lisboa em 1879 após concluir o curso de Ornamentação da Real Academia de Belas-Artes de Milão, que enriqueceu com variadíssimas e frequentes formações em pintura. «Pintor de elevada craveira, menos forte no figurativo, mas com particular esplendor no estilo historicista» (Laia, 2022, pp. 50-51).

⁴¹ «Recebi do Exmo. Sr. Marquez da Foz, a quantia de oitenta mil réis, importância da pintura d'um brasão no seu palácio da Avenida / Lisboa, 26 de abril de 1890 / António Baeta». GEO/MFZ/CX6.

⁴² (c. 1850-1915). Arquiteto e pintor, mais conhecido pelo seu trabalho de decoração dos interiores do Palácio do Beau-Séjour (onde se encontra instalado o GEO) e a casa Jorge O'Neil em Cascais (Elias, 2011, p. 97). No fundo documental consta uma curiosa carta (não datada) dirigida ao marquês, onde expõe a grave situação financeira em que se encontra, pedindo ajuda para arranjar «algum trabalho por baixo preço para poder viver. Há mais de um ano que não tenho que fazer, e cheguei ao extremo limite da luta pela existência. As privações acentuam-se cada vez mais terríveis, a fome ronda-me a porta, e eu não sei o que fazer [...]». Embora não datada, poderá ter influenciado a contratação do artista para pintar os ângulos do teto do antigo gabinete de trabalho do marquês em 1890. Vilaça tinha sido, há poucos anos, encarregue da direção das obras de decoração do Palácio do Beau-Séjour, da família Leite Guimarães, onde colaborou com os irmãos Bordalo Pinheiro (Columbano, Rafael e Maria Augusta) e com Leandro Braga.

⁴³ (1855-1933). Aclamado pintor das Caldas da Rainha, aprendiz de entalhador de Leandro Braga ainda muito jovem, fez parte do Grupo do Leão, liderado por Silva Porto, e expôs, entre outros locais, na Sociedade Nacional de Belas Artes, onde chegou a obter a medalha de honra (Pamplona, 1987, vol. 1, pp. 37-39).

⁴⁴ Artista desconhecido que realizou «trabalhos de decoração» no palácio, tal como vem referido nos recibos, não especificando a área intervencionada, apesar de conseguirmos seguir os valores que lhe foram pagos nos anos de 1889-1890. Um parecer datado de 11 de junho de 1890 refere «Os abaixo assinados tendo examinado atentamente os trabalhos de decoração e estuque executados pelo artista Sr. Charles Caccia no palácio do Ex.mo Sr. Marquês da Foz, avaliam-os em vinte e um contos de réis». GEO/MFZ/CX1.

⁴⁵ (1857-1929). Discípulo do pintor seu pai Manuel Maria Bordalo Pinheiro e de Miguel Ângelo Lupi, conhecido pelos seus retratos psicológicos «cheios de profundidade e implacáveis de observação», mas também enquanto pintor decorador. Com um vasto catálogo de obras, exerceu até ao fim da vida o cargo de diretor do Museu de Arte Contemporânea (Pamplona, 1987, vol. 2, pp. 111-121).

⁴⁶ Representado no fundo documental com um número significativo de recibos de pagamento. Foi retratado por Malhoa em 1896 (ver Figura 24). Pintor dourador lisboeta, foi autor da pintura decorativa do interior do imponente jazigo dos viscondes de Valmor (Cemitério do Alto de São João), c. 1900.



Figura 12 Esquerda: recibo de pagamento a Luigi Manini, pelos «quatrocentos mil réis, [...]», importância da pintura do tecto da escada no palácio do dito III. Exmo Sr. [marquês da Foz], 2 de abril de 1890. GEO/MFZ/CX5. Direita: teto da escadaria nobre, Manini. Fotografia: André Pinto (GEO).

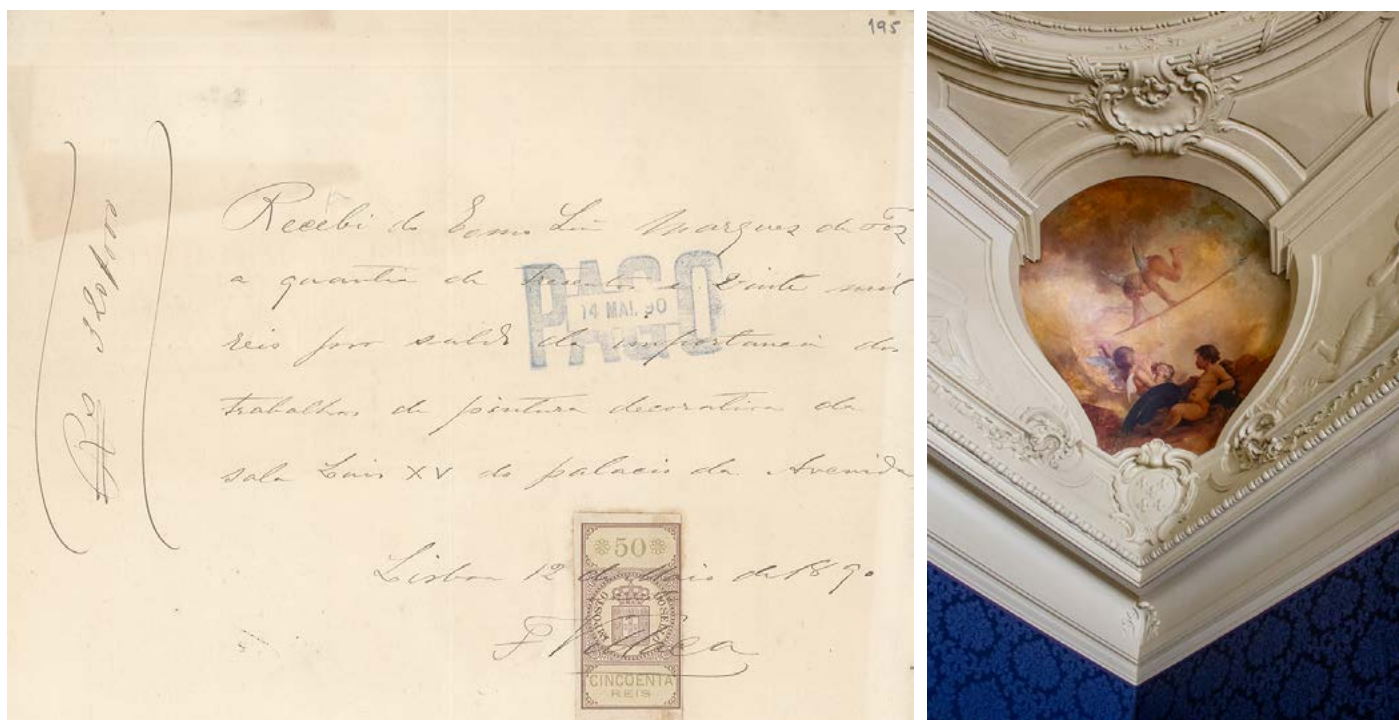


Figura 13 Esquerda: recibo de pagamento a Francisco Vilaça, com «a quantia de trezentos e vinte mil réis por saldo da importância dos trabalhos de pintura decorativa da sala Luís XV do palácio da Avenida», 12 de maio de 1890. GEO/MFZ/CX6. Direita: uma das quatro pinturas de Vilaça no teto da sala Luís XV (antigo gabinete). Fotografia: André Pinto (GEO).



Figura 14 Esquerda: recibo de pagamento a José Malhoa, com a «quantia de trezentos e sessenta mil réis, importância de trabalhos de pintura, executados na sala Luís XVI, no palácio na Avenida», 9 de abril de 1890. GEO/MFZ/CX5. Direita: pinturas em grisaille de Malhoa na sala Luís XVI. Fotografia: André Pinto (GEO).

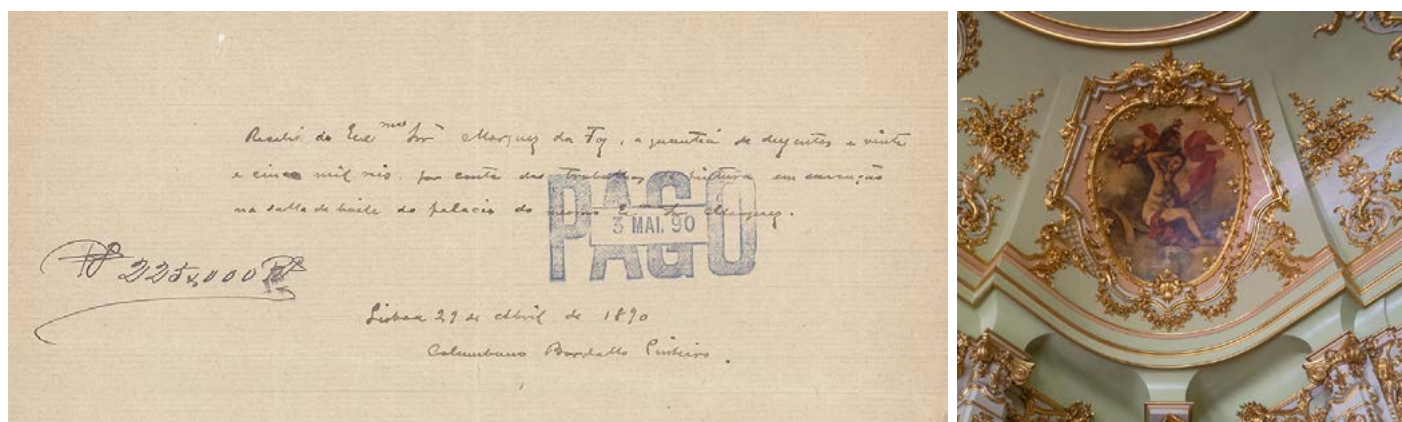


Figura 15 Esquerda: recibo de pagamento a Columbano Bordalo Pinheiro de «duzentos e vinte e cinco mil réis por conta dos trabalhos de pintura em execução na sala de baile do palácio do Exmo Sr. Marquês», 29 de abril de 1890. GEO/MFZ/CX6. Direita: pinturas de Columbano na sala de baile. Fotografia: André Pinto (GEO).

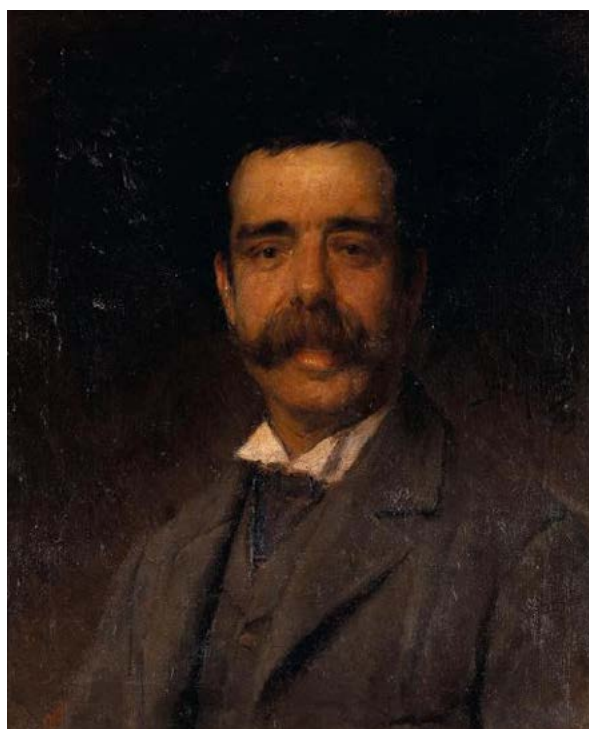
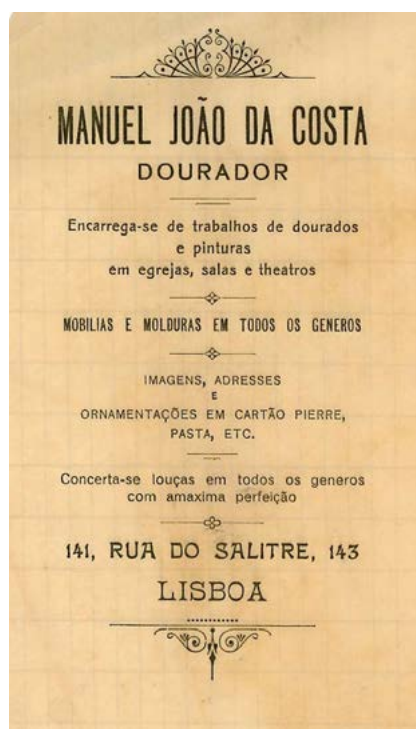


Figura 16 Esquerda: panfleto publicitário da firma de Manuel João da Costa, agregado a um orçamento para os trabalhos a fazer no Palácio Foz, 19 de outubro de 1901. GEO/MFZ/CX3. Direita: Manuel João da Costa, óleo sobre tela de José Malhoa, 1896. José Pessoa © DGPC – Museu de José Malhoa.

As opções estéticas que o marquês da Foz tomou em relação à equipa que trabalhou no palácio centraram-se no que de melhor se fazia na época, verificando-se uma forte presença de artistas portugueses consagrados e reconhecidos pelos seus pares, que se coaduna com a posição financeira e social que ocupava, sendo «a favor de um “décor” convencionalmente civilizado, segundo pautas internacionais», e com clara preferência pela decoração luxuosa (França, 1966, Vol. II, p. 80), em particular a de França do tempo dos Luíses (XIV, XV e XVI).

A obra de Leandro Braga, figura conhecida e protegida pelo marquês, que se encontrava nos últimos anos da sua carreira⁴⁷, já constava na sua coleção, nomeadamente através de peças de mobiliário. A consagração do seu trabalho era também já clara: António de Carvalho Monteiro (1848-1920) – “o Monteiro dos Milhões” – foi grande apreciador da sua obra; trabalhou para famílias do meio financeiro como O’Neill, Policarpo Anjos, Sousa Lara, Jácome Correia, os Biester, a duquesa de Palmela e a própria família real, entre outras (França, 1966, Vol. II, p. 197). Quando morreu em 1897, o marquês homenageou-o

com uma exposição no seu palácio dos Restauradores, para o luzimento do qual o entalhador tanto contribuíra [e] que reatou uma perdida tradição artesanal. Móveis, portas, lambrins, tudo, e em todos os estilos, da Renascença ao Luís XV, Leandro Braga executou com uma perfeição de cinzelador – contribuindo para que não se perdesse por inteiro o mobiliário português deste período (França, 1966, Vol. II, p. 197).

Columbano Bordalo Pinheiro, um dos mais importantes pintores portugueses do século XIX, a par dos seus conhecidos retratos, realizou várias decorações para palácios e palacetes particulares, numa vertente do seu percurso artístico de pintor-decorador que o acompanhou durante grande parte da vida, onde se insere o Palácio Foz, o Palácio de Belém, o Palácio do Conde de Valenças e o Palácio do Beau-Séjour (família Leite Guimarães), entre

⁴⁷ Aquando do leilão de 1901, «todos os indivíduos que quisessem assistir deveriam comprar um bilhete no valor de 2 mil réis, importância que seria descontada em qualquer compra, o restante revertendo para a Instituição dos Tuberculosos, e em partes iguais, para as filhas de Leandro Braga» (Xavier, 2019, p. 59).

outros. A temática dos dezasseis medalhões executados para o salão de baile realizados em 1890⁴⁸, representando figuras infantis aladas, já tinha sido explorada pelo artista nas sobreportas do Palácio de Belém (c. 1886), assim como nos painéis feitos para a sala de jantar do Beau-Séjour (c. 1887)⁴⁹, enquadrando-se num período de vida do artista em que a sua pintura começou a modificar-se para uma coloração mais melancólica e intimista ligadas ao Simbolismo e ao Decadentismo que dominavam a cena cultural do final do século XIX (Elias, 2011, pp. 101-102)⁵⁰.

Num contexto de prosperidade burguesa, Luigi Manini encontrou também o patrocínio para o destaque que lhe estava reservado no domínio da decoração de interiores e da arquitetura (Pereira & Luckhurst, 2006, p. 14). Cenógrafo-artista dos teatros D. Maria II e São Carlos, era já consagrado em Portugal no ano de 1890, altura em que pinta o teto da escadaria nobre do Palácio Foz. Nesses anos (1890-1891) esteve também a trabalhar em Sintra para os Biester⁵¹ e para Victor Carlos Sasseti (1851-1915)⁵², importante proprietário, projetando a sua casa de recreio. Data também de cerca de 1890, o projeto que Manini elaborou para a decoração da escadaria do palácio dos Biester em Lisboa⁵³ (atual Palácio Ratton–Tribunal Constitucional), que em alguns aspetos da composição lembram os motivos *grotescos* usados na decoração da parte inferior da escadaria do Palácio Foz (Pereira & Luckhurst, 2006, p. 19).

A escolha do consagrado pintor José Malhoa enquadra-se no rol de encomendas de composições históricas e decorativas para diversos locais públicos e privados que o pintor foi tendo ao longo das décadas de 1880 e 1890, como o salão nobre do Supremo Tribunal de Justiça, a Câmara Municipal de Lisboa, o Palacete Lambertini, o Palácio Burnay (1886), a Escola Médica e os museus dos Coches e de Artilharia em Lisboa, assim como encomendas de inúmeros retratos da aristocracia e burguesia endinheirada.

Na área dos metais destaca-se a extensa correspondência com a Casa Moreau (Figura 17), que produziu, entre outras peças de serralharia artística, o gradeamento em bronze, aço e ferro forjado para a escadaria nobre, com profusa gramática vegetalista e emblema heráldico do marquês, num exuberante arranjo estético, muito semelhante ao da escadaria do Château de Chantilly, realizado por Émile Robert em 1884 na mesma casa parisiense⁵⁴. Também a impressionante lanterna da grande escadaria foi encomendada à casa francesa, tendo como modelo o original do século XVII de Versailles: «Nous avons l'honneur Monsieur le Marquis, de vous adresser par ce même Courier le dessin roulé de la lanterne du vestibule de la chapelle du Palais de Versailles. Nous avons grandi le modèle comme cela a été convenu, mais nous croyons que cela sera encore un peu petit [...]»⁵⁵.

⁴⁸ E não 1896 como referem França (1966, Vol. II, p. 284) e Elias (2011, p. 532).

⁴⁹ Painéis vendidos no leilão do recheio do palácio, pela Soares & Mendonça, em 1971.

⁵⁰ É nesta altura que cria o famoso retrato de Antero de Quental.

⁵¹ No mesmo ano, período em que se concentra grande parte do trabalho dos interiores do Palácio Foz no que diz respeito à pintura, artistas como Manini, Baeta, Domingos Meira e Leandro Braga tinham acabado de colaborar no projeto de José Luís Monteiro para o *chalet* sintrense de Frederico e Amélia Biester, onde foi «lançada uma verdadeira escola decorativa, inaugurada na estrada da Pena em 1885» (Laia, 2022, p. 57).

⁵² Proprietário do *Braganza Hotel* (1877-1911).

⁵³ Propriedade herdada em 1895 por Amélia Freitas Guimarães Chamiço (1843-1900), casada com Frederico Biester desde 1870. Proprietários do *chalet* Biester em Sintra, mandado construir em 1885-1886. Ainda antes de 1895, o casal já vivia no palácio em Lisboa, onde cerca de 1890 encomendaram a Manini a decoração das escadarias e salas principais. Esses desenhos pertencem hoje ao Museo Civico di Crema e del Cremasco e não se realizaram (Carita, 2023, pp. 135-143).

⁵⁴ Desenho de Honoré Daumet.

⁵⁵ Carta da Moreau Frères de 13-03-1890 para o marquês da Foz, GEO/MFZ/CX5. A lanterna com o tubo de gás foi arrematada pela rainha D. Maria Pia no leilão de 1901, permanecendo encaixotada na arrecadação do tesouro do Paço da Ajuda. Após a implantação da República e arrolamento dos palácios nacionais, foi recolocada na escadaria do Palácio Foz (Fevereiro, 2020, pp. 156, 159 e nota 31).

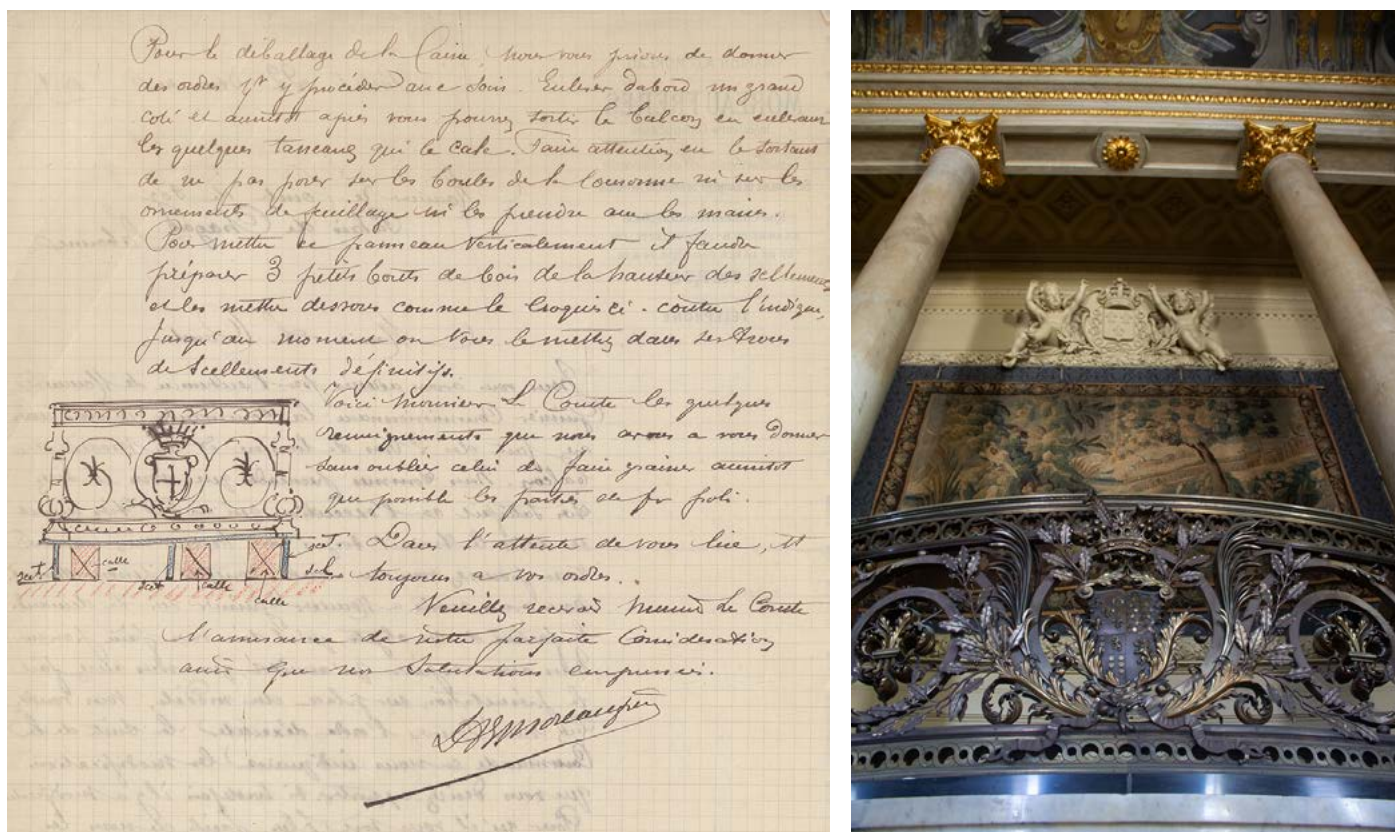


Figura 17 Esquerda: verso da carta da Casa Moreau para o marquês da Foz, [1881?], pormenor com desenho do gradeamento proposto para a escadaria. GEO/MFZ/CX6. Direita: pormenor da grade da galeria da escadaria com o brasão do marquês da Foz. Fotografia: André Pinto (GEO).

Podemos também encontrar no fundo variada correspondência com estabelecimentos parisienses de venda de obras de arte e antiguidades – designadas em algumas das folhas como *bricabraques*⁵⁶ –, assim como com relevantes *marchands d'art*, como os irmãos Philippe e Otto Sichel, especialistas em objetos da China e Japão, e Jacques Seligmann (1858-1923), importante antiquário, fornecedor de Edmond de Rothschild. Podemos referir também, a título de exemplo, as casas E. Taburet Orfèvrerie & Bijouterie, E. Lowengard Tapisseries e Ancienne Maison Bapst (Bapst & Falize), testemunhos da rede de contactos do marquês no mercado da arte internacional, e essenciais para perceber o gosto e *modus operandi* desta figura enquanto colecionador.

O PRINCÍPIO DO FIM: CRISE, FALÊNCIA E DISPERSÃO

[...] o período que atravessei há cerca de 30 anos foi muito movimentado, quer na minha vida de homem de negócios, quer na de dedicado amante das Artes⁵⁷.

No quadro do início da década de 1890, que conduzirá à implantação da República em 1910, inclui-se a dimensão política, da qual sobressaiu «a crise do sistema de rotativismo parlamentar, sustentáculo do regime monárquico constitucional desde os anos 50 do século XIX, e o episódio do Ultimato Inglês imposto às tentativas portuguesas

⁵⁶ «Que tanto seduziram os financeiros e os cocotes», anotava Eça de Queiroz na sua obra *A correspondência de Fradique Mendes* (França, 1966, Vol. II, p. 198).

⁵⁷ Carta do marquês da Foz ao José de Figueiredo, 08-08-1916 (Foz, 1925, p. 5).

de aprofundar a sua dominação sobre o império africano» (Leitão, 2025, p. 205). Para além desta, a dimensão económica, motivada em grande parte pela grave crise das finanças públicas, com

a queda das remessas dos emigrantes devido à situação política do Brasil [com a proclamação da República em 1889] impõe uma forte pressão sobre o equilíbrio externo; uma crise bancária gerada [por uma forte dependência financeira do exterior], desencadeia uma corrida aos bancos [entre maio e setembro de 1891]⁵⁸, que por sua vez, precipita o fim da convertibilidade da moeda nacional e o abandono do regime dos câmbios fixos em 1891 (Leitão, 2025, p. 205).

Estes fatores foram determinantes para a queda do “império Foz” e consequente venda e dispersão de grande parte da sua coleção de obras de arte e penhora do próprio palácio, anos mais tarde.

Neste contexto de crise internacional com a insolvência do Estado português e do sistema bancário nacional, o marquês da Foz foi afetado de forma significativa, contrariamente ao que José-Augusto França (1966, Vol. II, p. 78) defendeu, que esta crise «de modo algum o feriu». Em 1891, com as obras do palácio a caminharem para a última fase, a Companhia Real de Caminhos de Ferro entrou em falência. Como forma de acorrer às despesas, a Companhia levantou todos os seus depósitos no Banco Lusitano. Não dispondo de outros fundos para fazer frente à delicada situação, o diretor do banco solicitou o auxílio de Foz, optando-se pela transferência de 2.565 obrigações da Companhia Real para o banco⁵⁹. O marquês é preso com uma fiança de 250 contos sendo libertado pouco depois.

O prestígio até então intocável do marquês da Foz começava a desvanecer-se com este infeliz episódio, assim como a sua própria carreira de capitalista se aproximava do fim. Um ano depois, seria pronunciado num processo-crime, consequência destes acontecimentos (Santos, 2014, pp. 144-145).

Ao longo de 1891 acabou por abandonar a administração do Banco de Portugal, da Companhia Real de Caminhos de Ferro⁶⁰ e de outras instituições.

Ainda assim, em 1892 estava registado no recenseamento eleitoral como proprietário, encontrando-se entre os quarenta maiores contribuintes de Lisboa, cabendo-lhe a muito elevada contribuição de 891\$000 réis (Santos, 2014, p. 19). O seu património seria de facto chamado a cobrir dívidas, entretanto contraídas. No mesmo ano, a 11 de junho, José Guedes de Queirós vendeu em Londres, num leilão da casa Christie, Manson & Wood⁶¹, 18 pinturas da coleção do marquês seu irmão, nomeadamente de artistas consagrados como N. Larguillière, Watteau, Bronzino, Drouais, Van Eyck, Memling, entre outros, ocupando três páginas do catálogo (n.º 67 a 85).

No entanto, a falência não impediu Foz e sua família de, nos anos que se seguiram, continuar a viver com algum conforto. Não se resignando com as dificuldades que enfrentava, o marquês esforçou-se por ir negociando e pagando as suas dívidas (Santos, 2014, pp. 153-154). Em 1898, com a morte de sua mãe (em fevereiro) e da esposa (em novembro), o marquês acabou por sair do palácio indo viver para a Quinta da Torre de Santo António em Torres Novas, onde investiu em importantes obras de remodelação dedicando-se também à gestão da atividade agrícola das suas propriedades.

A dispersão de parte significativa dos seus bens ocorreu em 1901 com a venda em leilão do recheio do palácio nos Restauradores (Botelho, 1901a, 1901b), «verdadeiro acontecimento mundano» (França, 1966, Vol. II, p. 78),

⁵⁸ Coincidentemente entre estes meses não existem folhas de obra do Palácio Foz, sendo as últimas conhecidas dos meses de outubro, novembro e primeira semana de dezembro de 1891.

⁵⁹ Pertença das caixas de socorros e previdência dos empregados da Companhia Real, no valor de 204.687\$000 réis (Santos, 2014, pp. 144-145).

⁶⁰ Burnay acabou por liderar o novo conselho de administração da companhia (Santos, 2014, p. 148).

⁶¹ Christie, Manson & Woods. *Catalogue of ancient and modern pictures*. London, 1892.
<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=gri.ark:/13960/t6pz5kr3j&seq=7> (pp. 12-14).

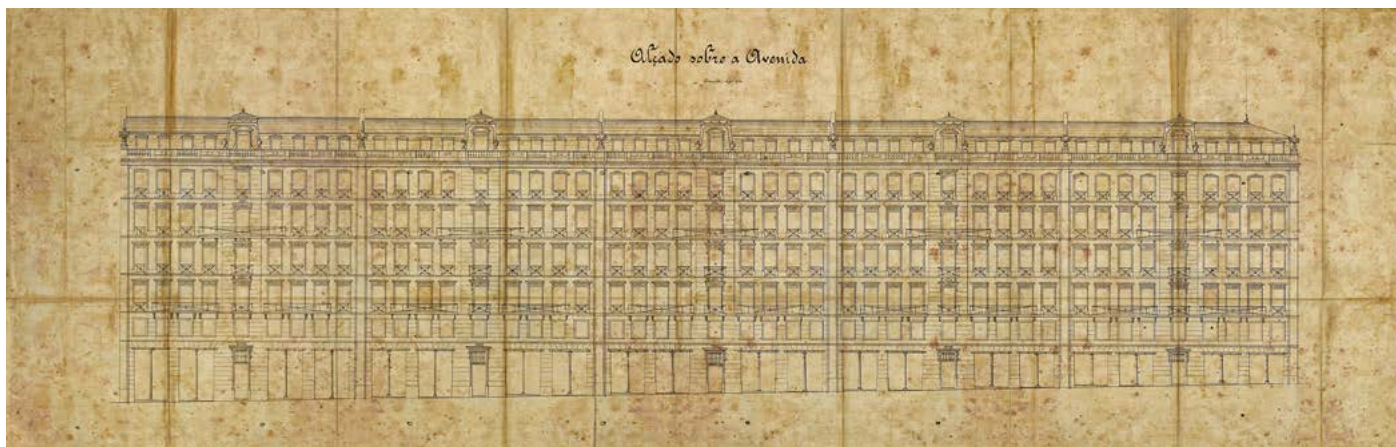


Figura 18 Alçado sobre a Avenida – projeto para remodelação do Palácio Foz em cinco blocos de apartamentos, Frederico Augusto Ribeiro. GEO/MFZ/CX5.

no qual, até os revestimentos em *boiseries* com pintura inclusa se encontravam para venda⁶². No entanto, nem todos os bens foram vendidos, mas a capela foi desmantelada⁶³. A família real conseguiu adquirir algumas peças, incluindo o teto da biblioteca que provinha da demolida *Sala dos Reis*, do Mosteiro dos Jerónimos, e que foi para o Palácio das Necessidades. Inclusive, a rainha D. Amélia terá visitado o palácio a 3 de maio de 1901, antes do eminente leilão: «Saí com Pepita [condessa de Figueiró] e fomos caminhar à Avenida, reencontrei Ficalho [conde] e fomos com ele à casa dos Foz, o marquês recebeu-nos. Revi tudo, um regalo de arte...» (Ribeiro, 2013, p. 87).

No contexto do surgimento da hipótese da venda do palácio para transformação urbana, data de 1902 um projeto do construtor civil Frederico Augusto Ribeiro⁶⁴, que também integra o fundo do GEO⁶⁵. Apresenta o edifício do palácio transformado num bloco de cinco apartamentos⁶⁶, muito ao estilo *haussmanniano* dos *boulevards* parisienses (Figura 18).

Cruzando este projeto com a informação providenciada pelo processo de obra n.º 5236 referente ao Palácio Foz, constatamos, efetivamente, que data de 15 de janeiro de 1902 um requerimento de projeto, por parte de Frederico Augusto Ribeiro, em nome do marquês da Foz, que «deseja construir cinco grandes casas onde atualmente se encontra o seu palácio e terraço na Avenida da Liberdade»⁶⁷, «aproveitando todo o material existente no palácio e jardins com excepção de tudo quanto tenha valor artístico incluindo os dois pórticos e grupos dos mesmos de cantaria e todo o mármore que reveste a capela»⁶⁸. Trata-se de um ambicioso projeto que substituiria o palácio e galeria sul, da calçada da Glória à praça dos Restauradores, constituído por um bloco de cinco prédios contíguos com seis pisos. O parecer sobre o projeto, realizado pelo engenheiro Frederico Ressano Garcia, impunha algumas condicionantes à construção, como a altura total não exceder os 20 metros, não havendo, no entanto, impedi-

⁶² Na entrada de catálogo n.º 247, referente à *boiserie* do salão de baile, mencionava-se a facilidade de desaparafusamento da mesma e que poderia servir para fazer duas ou três salas. No leilão, várias peças ficaram por licitar e outras por liquidar, reunindo o marquês na sua quinta de Torres Novas um significativo conjunto de obras de arte que passaram para os seus descendentes, e que tiveram a sua dispersão final nos leilões realizados pela Leiria & Nascimento a 9 e 10 de julho de 1996.

⁶³ As seis grandes colunas com capitéis compostos da capela-mor foram aproveitadas para decorar a fachada sul do Museu Militar de Lisboa.

⁶⁴ Construtor civil inscrito na CML, registado com o n.º 12. AML, Obra n.º 5236, Processo n.º 250/1902 e Processo n.º 1863/1902.

⁶⁵ O fundo do GEO apresenta os planos originais deste projeto, constando no processo de obra do AML cópias dos mesmos.

⁶⁶ GEO/MFZ/CX5.

⁶⁷ AML, 1902, Obra n.º 236, Processo n.º 250/1902.

⁶⁸ GEO/MFZ/CX5.

mentos para a sua concretização⁶⁹. Felizmente o projeto não seguiu caminho e o palácio manteve a sua estrutura. Periódicos como *O Dia*, e figuras como Ramalho Ortigão e o conde de Bertiandos, manifestaram a sua frustração perante a indiferença do Estado pelo destino do palácio (Xavier, 2019, p. 62). Como escreveu Júlio de Castilho em *Lisboa Antiga: O Bairro Alto de Lisboa*: «traçar para Lisboa as casas como se traçam em Paris, como as traçava o barão Haussmann, parece-me menos acertado. Paris tem a sua cara, nós temos a nossa. Fazer de uma série de prédios um arremedo pobre do *boulevard des Italiens*, é abastardar o nosso espírito nacional» (Apud Lourenço & Seixas, 2024, p. 194).

Cerca de 1903 o marquês arrenda uma parte do palácio a Manuel José da Silva, proprietário do *Anuario Commercial de Portugal*⁷⁰. Na mesma altura, a Legação dos Estados Unidos da América instala-se no piso nobre. Algumas das cartas do embaixador americano em Lisboa, Charles Page Bryan (1855-1918) – assim como de Manuel José da Silva –, que fazem parte do fundo documental do GEO, referem o interesse e condições em que o embaixador esperava organizar o espaço⁷¹.

Até à morte do marquês em 1917, o palácio passou por processos complexos de arrendamento que não cabem analisar neste artigo⁷². A viver permanentemente na Quinta da Torre de Santo António, em Torres Novas, o marquês acabou por vender o palácio de forma faseada a José Rodrigues de Sucena, 1.º conde de Sucena, entre cerca de finais da década de 1900 e 1914⁷³, que optou por não habitar o palácio, rentabilizando-o através de arrendamentos para diferentes tipos de negócios.

Em 1939 o palácio foi adquirido pela Caixa Geral de Depósitos que, por sua vez, o vendeu ao Estado em 1940, desenvolvendo-se uma importante campanha de obras sob a direção do arquiteto Luís Benavente (1902-1993), da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com vista à instalação dos serviços do Secretariado de Propaganda Nacional, no corpo principal, e os Serviços de Inspeção Geral dos Espetáculos e de Censura num edifício novo construído para o efeito (no espaço do antigo jardim), inaugurando-se uma outra fase de ocupação do edifício, associado à ação implacável da censura do Estado Novo. Em 1971 foi classificado como Imóvel de Interesse Público⁷⁴ incluído em Zona de Proteção Especial «Ascensor da Glória e meio urbano que o envolve» e, em 2002, foi classificado como Monumento Nacional⁷⁵.

CONCLUSÃO

[...] o marquês da Foz fora o último sobrevivente dessa classe que ilustraram os Sobrais e os Farrobo. Mas mais ainda do que eles, o seu delírio de grandezas aplicava-se na realização de um grande sonho de artista [...], contribuindo poderosamente, em sucessão de D. Fernando de Coburgo, para radicar nas inestéticas classes dirigentes o culto pela obra de arte (Dias, 1905, pp. 62-63).

O fundo documental pertencente ao GEO, e que serviu de ponto de partida para este estudo de caso, constitui uma preciosa fonte de informação para compreendermos e esclarecermos informações pertinentes sobre a história

⁶⁹ Para mais informações sobre os requerimentos do marquês da Foz à CML, disponíveis no processo de obra do palácio (n.º 5236), ver Moreira & Serrano (2019).

⁷⁰ O AML fornece importante material documental para perceber melhor este período do palácio, e as intervenções realizadas por Manuel José da Silva na organização da sua tipografia, anexo ao edifício principal, com entrada pela Praça dos Restauradores. AML, Obra n.º 5236, vol. 2.

⁷¹ Exemplo da carta de 13-05-1903, GEO/MFZ/CX4.

⁷² Lembramos que a grande propriedade aos Restauradores pertencia não só ao marquês, mas também a seus filhos e ao irmão José. No espaço da antiga capela funcionou o Animatógrafo Salão Central (inaugurado em 1908 e que ardeu em 1929), no piso nobre o Maxim's (1908) e o Club Ritz (1921), que substituiu a Colonial Oil Company, no piso térreo a Pastelaria Foz com o seu restaurante subterrâneo Abadia, inaugurado em 1917, entre outros.

⁷³ Agradeço ao historiador José João Loureiro pela informação concedida sobre este período complexo e muito pouco conhecido do palácio Foz.

⁷⁴ Decreto n.º 516/71, *Diário do Governo*, I Série, n.º 274, de 22-11-1971.

⁷⁵ Decreto n.º 5/2002, *Diário da República*, Série I-B, n.º 42, de 19-02-2002.

do Palácio Foz e seus habitantes. Através da sua análise foi possível atualizar cronologias associadas à história do palácio, nomeadamente quando e como foi efetuada a compra do imóvel pelo marquês, e apurar datas para determinados trabalhos artísticos. Outras linhas de investigação, nomeadamente no que diz respeito à gestão das propriedades da família Foz e à análise crítica da correspondência entre o marquês e os vários intervenientes no mercado da arte espanhol e francês (entre outros), ficam por abordar, o que é mais uma vez indicador da relevância e potencial desta documentação, que certamente acrescentará novidades aos estudos até agora realizados, incluindo este texto.

Em suma, procurámos, através do exemplo deste palácio, mostrar a importância da casa nobre enquanto marco de representação de poder e *status* social na malha urbana da cidade de Lisboa, e de que forma uma família da nobreza de corte como os Castelo Melhor soube adaptar-se no contexto pós-terramoto de 1755, quando a sua principal residência foi destruída. Efetivamente, o terramoto, a política de reconstrução pombalina que se seguiu, e as guerras do primeiro terço do século XIX explicam o porquê de serem raras as novas construções palacianas na urbe lisboeta, especialmente as de grande envergadura. Apesar de concluída tardiamente, a construção deste imponente palácio assim como a sua localização levaram a que, algumas décadas depois, a mesma fosse eleita como residência de uma outra família – os Foz – que representaram no último quartel do século XIX, a nova «fortuna ligada ao “novo ferroviário”, chefes de fila da finança [...]» (França, 1966, Vol. II, p. 77).

O marquês da Foz e o conde de Burnay foram os principais representantes deste capitalismo português: «jornais e Câmaras, quem não fosse do conde era do marquês» (França, 1966, Vol. II, p. 77), e com esse novo estatuto social procuraram comprar palácios antigos e realizar trabalhos de adaptação e decoração, como forma de afirmação social em exata réplica dos padrões de vida estabelecidos pela “primeira grandeza de corte” de outrora. O «negócio curioso e algo forçado», que José-Augusto França refere, no que diz respeito à compra do palácio, e «que meteu expropriação por utilidade pública a favor dos Caminhos de Ferro que o Foz administrava», foi efetivamente uma oportunidade de operação financeira vantajosa para benefício do próprio marquês no contexto da construção da estação e do túnel do Rossio. Na remodelação da sua residência, conforme ao seu *status* social, protegeu artistas nacionais consagrados, com fortes ligações à encomenda artística por parte da nova burguesia titulada da finança e da indústria, que também procurava decorar exuberantemente os seus palácios e palacetes, não apenas para responder a uma pessoal exigência de ostentação do prestígio atingido, mas também num esforço de afirmação e de autolegitimação do seu poder, por via cultural (Matos, 2003, p. 33).

O marquês da Foz é um personagem incontornável para a compreensão do capitalismo português no último quartel do século XIX, cuja atividade nos elucida muito claramente sobre a relação de estreita reciprocidade que o mundo dos negócios entretinha com o Estado, e também sobre as atividades de especulação que frequentemente se encontravam associadas. A singularidade do caso Foz, que se pautou pela efemeridade de um mundo de esplendor que se extinguiu rapidamente no espaço de menos de dez anos de habitação permanente (c. 1890-1898) e cerca de quatorze anos, até à dispersão de bens com o leilão de 1901, explica-se pelas «ilusões e fragilidades do modelo de desenvolvimento capitalista português, implementado a partir do fontismo, do qual o marquês da Foz se tornou símbolo, e teve o seu fim em 1891» (Santos, 2014, p. 183). Homem de gosto apurado que deixou a sua marca de elegância e sumptuosidade refletida numa coleção atualmente dispersa, e num dos mais luxuosos palácios da capital que, ainda hoje, se destaca pela sua grandiosidade e singularidade numa malha urbana em constante transformação. «O palácio, nos Restauradores, palco de sumptuosas festas, a estação do Rossio e parte significativa da rede ferroviária nacional permanecem como sinais da sua memória» (Santos, 2014, p. 163).

Referências bibliográficas

- Araújo, N. de (1939). *Peregrinações em Lisboa*, Livro XIV. Parceria A. M. Pereira.
- Barreto, J. T. M. (1926). *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861* (Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Vol. 1, 1802 a 1824). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Botelho, A. (1901a, 16 maio). O Palácio do Marquez da Foz. *Brasil-Portugal*, (56), pp. 114-117.
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1901_1902/N56/N56_master/N56.pdf
- Botelho, A. (1901b, 1 junho). O Palácio do Marquez da Foz. *Brasil-Portugal*, (57), pp. 135-139.
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/1901_1902/N57/N57_master/N57.pdf
- Braga, P. B. (1997). *Leandro Braga e as artes decorativas 1839-1897*. Instituto da Comunicação Social.
- Branco, R. L., & Soromenho, M. (2024). Um palácio no Campo Grande. In P. A. Fernandes (Coord.), *As três vidas do palácio Pimenta* (pp. 60-95). EGEAC-Museu de Lisboa.
- Caldas, J. V., & Coutinho, M. J. P. (2014). O nome e a função: Terminologia e uso dos compartimentos na casa nobre urbana da primeira metade do século XVIII. In I. Mendonça, H. Carita, & M. Malta (Coords.), *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores* (pp. 134-189). Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Carita, H. (2023). *O Palácio Ratton e os Fidalgos da Rua Formosa*. Edições Caleidoscópio.
- Cascão, R. (2013). Modos de habitar. In I. Vaquinhas (Coord.), *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea* (pp. 22-55). Círculo de Leitores.
- Castilho, J. de (1940). *A Ribeira de Lisboa: Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho* (Vol. I, 2.ª ed.). Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- Castro, J. B. de (1763). *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* (Tomo III, Parte V). Off. de Francisco Luiz Ameno.
- Catálogo dos preciosos manuscritos da bibliotheca da casa dos marquezes de Castello Melhor* (1878). Typographia Universal.
- Colaço, B. de G. (1930). *Memórias da marquiza de Rio Maior*. Parceria António Maria Pereira Livraria Editora.
- Cunha, M. S., & Monteiro, N. G. (2011). As grandes casas. In N. G. Monteiro (Coord.), *História da vida privada em Portugal: A idade moderna* (pp. 202-243). Círculo de Leitores.
- Dias, C. M. (1905). *Cartas de Lisboa: Primeira série (1904)*. Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- Diez del Corral, P., Molina Martín, A., & Pacheco, M. P. D. (Coords.). (2025). *Roma, Madrid, Lisboa: Palacios de alquiler: Decoro, habitabilidad y ceremonial en el siglo XVIII*. Ediciones Trea.
- Elias, M. (2011). *Columbano no seu tempo (1857-1929)* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. RUN. <http://hdl.handle.net/10362/7229>
- Fevereiro, A. C. (2020). Do Palácio Foz para os Paços Reais, as aquisições da família real portuguesa no leilão de 1901. In M. J. Neto, & M. Malta (Eds.), *Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: Coleções reais e coleções oficiais* (pp. 143-159). Editora Caleidoscópio.

- Flor, S. V. (2021). "Prudente, verdadeiro e secreto": Retratos do escrivão da puridade ao serviço da Coroa portuguesa. In A. L. de Faria, & N. G. Monteiro (Coords.), *Castelo Melhor e os seus tempos (1635-1720)* (pp. 29-64). Centro de História da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/51381>
- Foz, Marquês da (1925). *A baixela Germain da antiga côrte portuguesa*. Edição dos Amigos do Museu. <https://archive.org/details/ABaixelaGermainDaAntigaCrtePortuguesa/mode/2up?view=theater>
- França, J.-A. (1966). *A arte em Portugal no século XIX* (Vols. I e II). Livraria Bertrand.
- França, J.-A. (1987). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (3.ª ed.). Bertrand Editora.
- Freire, J. P. (1932). *Lisboa do meu tempo e do passado: Do Rocio à rotunda* (Vol. II, Livro IV, 2.ª parte). Parceria A. M. Pereira.
- Gonçalves, A. (1939). *Anais Torrejanos*. Câmara Municipal de Torres Novas.
- Laia, E. (2022). *Palácio Biester: A arte e o espírito*.
- Leitão, P. (2025). Uma perspetiva sobre o investimento municipal oitocentista em tempo de crise: 1892-1910. *Revista Portuguesa de História*, LVI, 201-243. <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/15713/11071>
- Loureiro, J. J. (Coord.). (2018). *Quinta da Torre de Santo António: Das origens à actualidade*. Edições Ex Libris.
- Lourenço, T. B., & Seixas, R. (2024). *Júlio de Castilho, Mestre da Lisboa Antiga*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Matos, J. S. de (1999). O Palácio de Castelo Melhor. *Monumentos: Revista semestral de edifícios e monumentos*, (11), 14-19.
- Matos, M. A. P. de (Coord.). (2003). *Henri Burnay: De banqueiro a colecionador*. Instituto Português de Museus – Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.
- Miguel, P. L. M. S. (2012). *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVII: Titulares, a corte, vivências e sociabilidades* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. RUN. <http://hdl.handle.net/10362/7861>
- Monteiro, N. G., & Costa, F. D. (2006). *D. João Carlos de Bragança, 2.º duque de Lafões: Uma vida singular no século das Luzes*. Edições Inapa.
- Moreira, A. M., & Serrano, I. D. (2019). Análise dos projetos e das obras no Palácio Foz, em Lisboa, entre 1887 e 1904: Contributo para a sua reconstituição arquitetónica e construtiva dos elementos na sua envolvente. *Revista CPC*, 14(27), 58-85. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p58-85>
- Oliveira, E. F. de (1904). *Elementos para a história do Município de Lisboa* (Vol. XIV). Câmara Municipal de Lisboa.
- Pamplona, F. de (1987). *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal* (2.ª ed., Vol. 1 e 2). Livraria Civilização Editora.
- Pereira, D., & Luckhurst, G. (2006). Luigi Manini: esboço de uma biografia. In J. C. Alves (Coord.) *Luigi Manini: Quinta da Regaleira. Imaginário & método: Arquitecturas & cenografia* (pp. 10-19). Fundação Cultursintra.
- Portela, A. M. & Queiroz, F. (2008). A casa nobre e o urbanismo: Apropriação e criação de espaço público como estratégias de afirmação de poder. In *Actas do 2.º Congresso Internacional Casa Nobre: Um património para o futuro* (pp. 559-589). Município de Arcos de Valdevez.
- Reis, J. (2011). *Uma elite financeira: Os corpos sociais do Banco de Portugal 1846-1914*. Banco de Portugal.

- Ribeiro, J. A. (2013) *Rainha D. Amélia. Uma biografia*. A Esfera dos Livros.
- Salvado, J. P. (2021). Património e rendimentos da Casa de Castelo Melhor, 1765. In A. L. de Faria, & N. G. Monteiro (Coords.), *Castelo Melhor e os seus tempos (1635-1720)* (pp. 181-219). Centro de História da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/51381>
- Santana, F. (1976). *Lisboa na 2.ª metade do séc. XVIII (plantas e descrições das suas freguesias)*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Santos, L. (2014). *Tristão Guedes de Queirós Correia Castelo Branco, 1.º marquês da Foz: Um capitalista português nos finais do século XIX*. Foztua. <https://issuu.com/ananunesprudente/docs/marquesdafoz>
- Silva, R. H. da (1999). O Palácio Castelo Melhor: Contexto e projecto inicial. *Monumentos: Revista semestral de edifícios e monumentos*, (11), 20-25.
- Sousa, A. de (1990). As tricanas e a tricana Isabel de Almeida. *Boletim Municipal de Aveiro*, (15-16), 43-46. http://ww3.aeye.pt/avcult/AvCultur/BoleMuniAv/Bol15/Bol15_43.htm
- Vieira, E. (1900). *Diccionario biographico de musicos portugueses* (Vol. I). Typographia Mattos Moreira & Pinheiro.
- Xavier, A. (2019). *Histórias do Palácio Foz*. Alêtheia Editores.

Submissão/submission: 05/06/2025

Aceitação/approval: 27/02/2026

Pedro Rodrigues, GEO-Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa,
1500-100 Lisboa, Portugal. pedro.miguel.miranda@cm-lisboa.pt

Rodrigues, P. (2025). O palácio e o fundo documental dos marqueses da Foz: Novos contributos para a história de um edifício e de duas famílias. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (25), 1-28. <https://doi.org/10.48751/CAM-2026-25414>
